

• **Serviços** A câmara de Lisboa apresentou novos serviços municipais para deficientes. A partir de agora os livros estão mais perto.

página 4

• **Aromas** Abriu o espaço criado para cegos no Jardim Botânico. Os invisíveis já podem "ver" a natureza.

página 5

• **Escritura** A Delegação da ADFA no Porto assinou a escritura das instalações. O processo está finalmente concluído.

página 10

• **Comentário** Morreu um dos sócios da ADFA do Anexo do Hospital Militar Principal. Tudo continua por resolver.

página 13



ADFA



PORTE PAGO

Reformas da Segurança Social com direito a percentagem de tempo de serviço

Diploma reformula pensões

Um decreto-lei criado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, publicado a 13 de Novembro, estabelece que as percentagens de aumento do tempo de serviço

militar prestado "em condições de especial dificuldade ou perigo" vão, a partir de agora, começar a contar para o tempo de serviço no que diz respeito às reformas da

Segurança Social. Este novo diploma corrige injustiças na contagem de bonificação do tempo de Serviço Militar Obrigatório entre diferentes beneficiários.

página 16

FARINHO LOPES



Lista A ganha com 75 por cento dos votos

Mobilização histórica decide novos Órgãos

página 8 e 9

Aprovado regulamento

Conselho Municipal arranca com unanimidade

O consenso marcou o primeiro encontro do recentemente criado Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência. Reunido dia 18 de Novembro, o novo organismo aprovou por unanimidade o regulamento que regerá o seu funcionamento.

página 2

Governo sofre remodelação

Ministério da Defesa: Veiga Simão sucede a Vitorino

Uma alegada irregularidade fiscal levou António Vitorino a demitir-se do Ministério da Defesa Nacional, uma decisão que obrigou o primeiro-ministro, António Guterres, a antecipar a remodelação do Governo. A pasta da Defesa coube a Veiga Simão.

página 16

Federação de antigos combatentes

Deliberações da ADFA aprovadas internacionalmente

O último encontro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes reuniu cerca de 60 associações de todo mundo. Durante seis dias, muitas foram as propostas apresentadas, no entanto, o membro da ADFA presente no evento voltou a Portugal com todas as resoluções que levou aprovadas.

página 12

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADMINISTRAÇÃO

E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA

1600 LISBOA

Telefone: (01)7570502

7570583 / 7570645 / 7570702

Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),

Nuno Crespo,

Anabela Vieira (Porto)

Farinho Lopes (fotografia),

Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes

da Fonte, Carlos Mendes, Carmo

Vicente, Hugo Guerra, Jaime

Ferreri, Jerónimo de Sousa, José

Diniz, José Maia, José Monteiro,

João Gonçalves, José Valente

dos Santos, Lia Katali, Patuleia

Mendes, Sá Flores.

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura

Cobral, 26 Algés. Tel. 4198065

Gravação do ELO sonoro:

Centro de Produção de Material

da Segurança Social de Lisboa

e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído

gratuitamente aos associados em

situação legal.

Assinatura anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares



Os responsáveis da ADFA consideram o novo Conselho "uma ideia inovadora"

Novo organismo lisboeta reúne-se pela primeira vez

Conselho Municipal aprova regulamento

O CONSELHO Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD) reuniu-se pela primeira vez no dia 18 de Novembro e aprovou, por unanimidade, o regulamento de funcionamento do Conselho. Este organismo, criado pela Câmara Municipal de Lisboa no início de Setembro, pretende não só assegurar a participação dos deficientes e das suas associações representativas "na construção da cidade", como também assegurar "a realização de políticas e medidas facilitadoras da sua integração social".

Para os responsáveis da ADFA, a criação CMIPD é "uma ideia inovadora em termos do poder autárquico que irá permitir resolver os problemas dos deficientes mais facilmente, uma vez que as questões se passam a colocar a nível local e não a nível nacional". Em declarações ao ELO, Lopes Dias, da Direcção Nacional, explicou que a importância do novo organismo municipal reside ainda no facto de serem "as próprias organizações de e para deficientes o coração do Conselho".

O CMIPD funciona como um órgão consultivo e visa proporcionar "a igualdade de oportunidades e integração social da pessoa portadora de deficiência". O CMIPD está dividido em quatro secções temáticas: Acessibilidade e Mobilidade; Formação e Emprego; Cultura, Desporto; Lazer e Associativismo; Reabilitação Funcional, Vida Autónoma; Sensibilização e Informação. Para cada uma, as organizações não governamentais representadas no Conselho podem indicar elemento. • N.C.

Informações

Espaços verdes

A manutenção dos espaços verdes na Sede da ADFA vai passar a ser da responsabilidade da Câmara de Lisboa já a partir deste mês. A decisão da autarquia surge na sequência de uma carta enviada ao presidente da edilidade, João Soares, pela Direcção Nacional, onde os responsáveis da Associação chamavam a atenção para o facto da manutenção dos espaços ajardinados existentes na Sede representar um encargo que "a ADFA dificilmente tem vindo a suportar e sempre com recurso à boa vontade e disponibilidade de alguns associados". A terminar, o texto pedia que fosse incluído no planeamento do departamento de Espaços Verdes da Câmara a "possibilidade de manutenção dos referidos espaços ajardinados, a título gratuito". Depois de analisar a carta da ADFA, a autarquia lisboeta aceitou o pedido da Associação e adjudicou a empreitada à firma "Montante", que será supervisionada pela Divisão de Jardinagem da Direcção de Espaços Verdes da Câmara de Lisboa, e que se encarregará de toda a manutenção dos espaços verdes existentes na Sede, sendo os custos totalmente suportados pela câmara.

Doação no Porto

A propósito da conclusão do processo de compra das instalações da Delegação da ADFA no Porto (ver página 10 desta edição), um associado, que quis manter o anonimato, deu cem contos à Delegação em causa.



Natal



Santa Maria da Feira, 8 de Dezembro um almoço de Natal, às 12H30, no restaurante "Parque". O preço é de 3.000\$00 por pessoa.

Inscrições: Alcino Andrade - telef: (056) 801639; António Lopes - telef: (056) 302344

Delegação de Famalicão, 7 de Dezembro, às 9H30, organiza uma Festa de Natal dedicada aos filhos e netos no salão Paroquial de Esmerez, com a habitual distribuição de prendas a crianças até aos 12 anos. Todos aqueles que comprarem rifas ficam habilitados a uma bicicleta de Montanha em alumínio, TV a cores e rádio despertador, que serão sorteados pela 1ª Lotaria Nacional do mês de Dezembro de 1997.

Delegação de Évora, 13 de Dezembro, às 12H30, organiza uma Festa de Natal no Pátio Alentejano. No programa consta animação cultural e distribuição de prendas até aos 12 anos. A inscrição deverá ser feita até ao dia 8 de Dezembro pelo telefone: (066) 23473, as crianças até aos 6 anos não pagam, dos 6 aos 12 pagam 1.000\$00, a partir dos 12 anos pagam 2.000\$00

(preço de adulto). Este convite é dirigido aos sócios com quotas regularizadas podendo ser actualizadas na altura.

Delegação de Faro, 20 de Dezembro, às 15H00 uma Festa de Natal.

Delegação do Porto, 20 de Dezembro, às 15H00 uma Festa de Natal, dirigida em especial aos filhos dos associados. Todas as crianças que tiverem até 12 anos, devem contactar o G.S.S. e proceder à respectiva inscrição para receberem as lembranças de Natal.

Chaves, 20 de Dezembro um almoço de Natal, às 12H30, no restaurante "Carvalho".

Inscrições: Santos Silva - emp.: (076) 333029/casa: (076) 22819; Manuel J. Moreira: (076) 22013; Joaquim G. Guerra - emp.: (076) 22191/casa: (076) 22215

Viana do Castelo, 21 de Dezembro às 12H30, um almoço de Natal.

Inscrições: Manuel Martins - telef.: (058) 24037; José Martins Araújo - telef.: (058) 742032

Apoio aos Órgãos Sociais

A direcção nacional da APOIAR - Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra - enviou uma carta à Direcção Nacional da ADFA onde se congratula "pela eleição dos membros da Lista A, aproveitando para saudar os elementos não eleitos". O texto da

APOIAR diz ainda que "não existem vencedores nem vencidos", e lembra: "Infelizmente somos muitos os que partimos para a guerra. No regresso éramos menos e, quer queiram aceitar quer não, regressámos diferentes. Todos nós que nos encontramos vivos vamos lutar pelos nossos interesses. A ADFA e a APOIAR possuem muita força".

• **19 de Dezembro**
20h00, na Sede da ADFA, reunião de sócios. Ordem de trabalhos: 1) reivindicações legislativas 2) aplicação do programa de acção dos Órgãos Nacionais para o próximo triénio 3) informações gerais.

• **1º sábado de cada mês**
A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações, e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone: (066) 81 586 ou para o telefone da Delegação de Évora: (066) 23 473

• **13 de Dezembro**
Évora 11h00 -Tomada de posse dos Órgãos da Delegação

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Paulo Tambá Bungué
- António Zonguele Uamba
- João Lourenço Fernandes
- Manuel Filipe Fernandes Ramos
- António Lopes Marchante
- Amadeu Augusto Pires
- Fernando Relvas Lourenço
- António José da Silva Nunes Casares

A Direcção Nacional

Deseja a todos os Órgãos Nacionais e Locais, associados e familiares

Boas Festas

e feliz Ano-Novo

Encontro de freguesias

Realizou-se dia 15 de Novembro, nas instalações dos Bombeiros Voluntários Portuenses, o 3º Encontro das Freguesias de Ramalde, zona onde se encontra sediada a Delegação da ADFA no Porto. A reunião preparatória que antecedeu este encontro realizou-se na Delegação do Porto e contou com a participação de dirigentes das associações locais.

Esclarecimento de Coimbra

Para evitar situações desagradáveis com os funcionários, a Delegação da ADFA em Coimbra pede aos seus associados para terem em atenção as cadernetas da C.G.D. em relação às somas creditadas nas respectivas contas. Ter atenção à referência TRFTEI ou CM. O documento, além de avisar também que começaram já a ser debitadas contas de combustíveis GALP-ADFA, chama ainda a atenção dos associados para que, sempre que remetam documentos à Delegação, os façam acompanhar de uma carta explicativa ao fim a que se destinam. Os serviços continuam a apoiar os associados no pagamento das participações ADME, basta que os sócios enviem os documentos à Delegação e, pelo correio, será enviado o cheque e respectivo recibo destinado ao IRS. Por fim, o texto recorda que todos os associados têm descontos especiais na compra de pneus e mudanças de óleo na Firma Lubricentro em Coimbra, basta apresentarem o cartão de sócio com as quotas em dia.

Editorial

Ao trabalho



António Carreiro

A Associação viveu um momento de elevado espírito associativo no passado dia 15 de Novembro. Foram as eleições para todos os órgãos da ADFA nacionais e locais. Os associados acorreram às urnas em número muito elevado, demonstrando uma participação invulgar, mesmo para a nossa Associação que sempre tem evidenciado um empenhamento associativo fora do comum.

Estas foram as eleições mais concorridas desde que não é permitido o voto por procuração.

Muitos factores contribuíram para este resultado. Sem dúvida que a dinamização da vida associativa nas delegações, onde se verificaram os maiores índices de votação, foi um dos contributos eficazes.

A presença de duas listas em confronto, para os Órgãos Nacionais, o que já não verificava desde 1987, impôs, também, aos associados o dever de escolha e a obrigação de decidir.

Com 23 anos de prática da democracia, não obstante a disputa entre as listas A e B, a campanha eleitoral decorreu com normalidade e civismo, conscientes que somos do imprescindível contributo de todos, para a construção diária da ADFA.

Eleita a lista A, por uma enorme diferença de votos, é clara a opção dos associados, incontestável a legitimidade dos órgãos, ressaltando o desejo de estabilidade, propício ao desenvolvimento de trabalho.

É, assim, maior a responsabilidade dos eleitos e o dever de contribuir dos não eleitos.

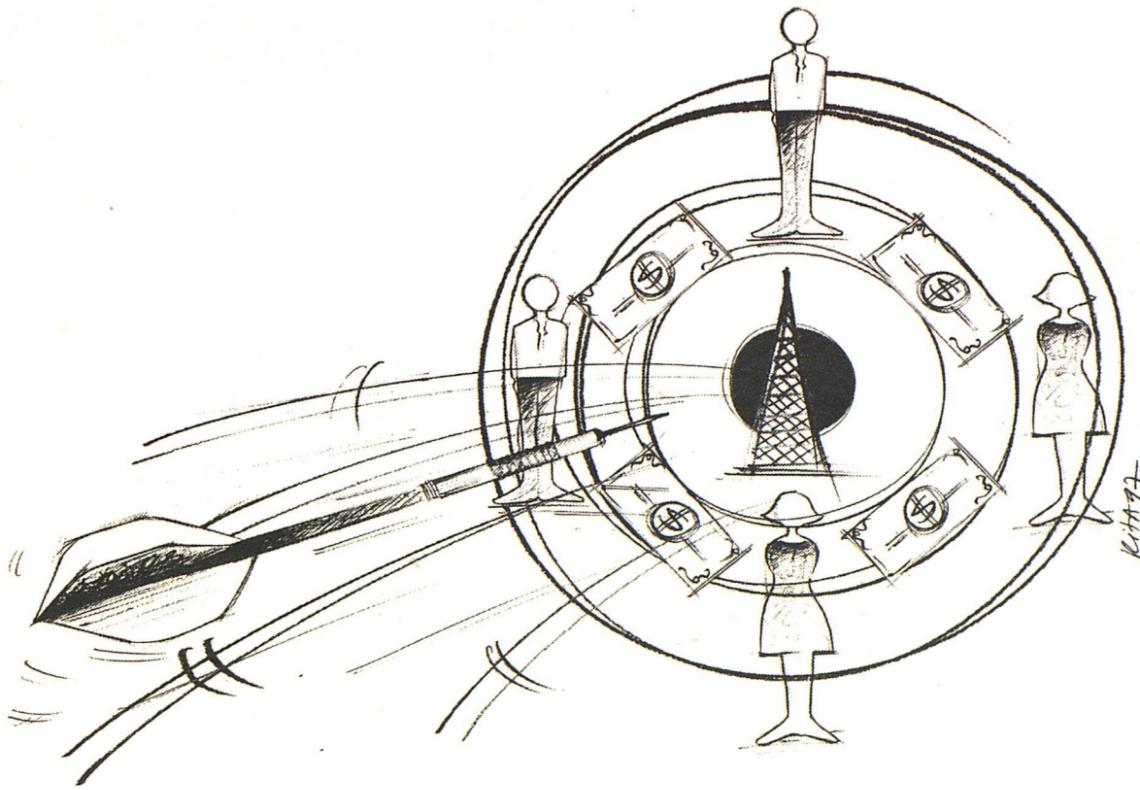
Desde logo, tamanha manifestação de força e vitalidade deve ser realçada junto do Ministério da Defesa, reivindicando a publicação urgente das medidas legislativas pendentes e insistindo no desenvolvimento das que se encontram em estudo.

Do mesmo modo, há que fazer reflectir todo este dinamismo junto dos organismos públicos, em especial dos ligados à problemática da reabilitação, realçando a nossa presença activa em todo o território, levando-nos a uma maior participação nas iniciativas nacionais e locais que se inserem nos nossos objectivos.

A nível interno, a votação evidenciou a adesão dos associados ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido no sentido da descentralização, da adequada resposta às necessidades dos associados, da organização e elevação do nível da qualidade dos serviços. É, pois, necessário continuar a evoluir e consolidar as alterações implementadas que já deram provas.

Porque querem uma Associação de todos e para todos, com o entusiasmo que lhes é próprio e com a força do mandato que os associados lhe conferiram, é altura dos novos eleitos, de alma e coração, lançarem mãos ao trabalho. ●

Grande Plano



Heróis em lágrimas

Jaime Ferreri

Desde que as empresas da Indonésia façam crescer o orçamento de estado, alimentem novas campanhas presidenciais, sejam garantia de aquisição de ouro negro não há direitos humanos que verguem a América. Não interessam as lágrimas de dor dos timorenses; não é ao lado da dor que o senhor Clinton se situa

gulho ou valentia ou o descontrolo na raiva duma (quem sabe) forçada partida.

Pelo mesmo écran passava a imagem cheia de um soberbo porta-aviões e a imagem atroz de timorenses torturadas. Pelo mesmo écran os senhores do mundo ofendem-se pela caturrice do senhor Saddam e passeiam a vista, em desdém, pelas imagens das timorenses mortas e violadas.

Pelo mesmo écran dão lições de democracia e aviltam-se na miserável condescendência ao poder do dinheiro de Jacarta. Suharto passeia-se impune em terras do Tio Sam... mas o povo de Timor

não tem o direito duma passada na própria terra.

A mim, como cidadão do mundo, não me interessam os argumentos do senhor Clinton.

Interessava-me mais respeitá-lo pelo sentido de humanidade que lhe descobrisse, pelo sentido de justiça de que fosse porta-bandeira, pelo fim da indiferença relativa a Jacarta. Já tarda a hipotética indignação desse senhor da terra e o tipo caseiro de democracia que apregoa.

As imagens brutais que correram mundo, a tortura espelhada no sadismo crescente das tropas da Indonésia, a eliminação selectiva da população não tocam ao de leve o coração do senhor Clinton. Desde que as empresas da Indonésia façam crescer o orçamento de estado, alimentem novas campanhas presidenciais, sejam garantia de aquisição de ouro negro não há direitos humanos que verguem a América. Não interessam as lágrimas de dor dos timorenses; não é ao lado da dor que o senhor Clinton se situa. Antes de mais tem a consciência aferida em petróleo, em negócios, nos dólares que se afirmam garantes de liberdade e que afinal não passam de sementes de ódios e raivas sofridas de impotência.

Quem sabe não é também de raiva a lágrima furtiva do soldado americano... Quem sabe não sente ele remorsos pela forma dúbia com que o separam da família e o obrigam a partir... Quem sabe lhe apetecia gritar que os homens de Timor também são gente, que muito antes de terem direito de se exprimir, direito de votar, direito de escolher o próprio destino, têm fundamentalmente o mais elementar e simples de todos os direitos que é o direito de ser gente. ●

Episódios



O nosso poder

José Diniz

Há alguns anos atrás, salvo erro por ocasião da inauguração da actual sede nacional da ADFA, em conversa com um associado, este, na sua ingenuidade, questionava a necessidade de estruturas desta dimensão e, inclusive, a necessidade da existência de órgãos representativos de todos os deficientes militares. No seu ponto de vista de pessoa simples do campo, não havia necessidade de tanta despesa, nem talvez de estarmos associados.

É claro que tive de lhe explicar que todas as comunidades, todos os grupos de indivíduos com interesses comuns têm necessidade de se estruturarem para terem um bom relacionamento interno e para se projectarem para o exterior, quer em termos de imagem comum, quer em termos de poder sobre outras comunidades ou grupos a quem tenham de impor-se ou reclamar direitos. Por isso é que existem os Estados com as suas complexas estruturas, por isso é que existem as instituições públicas e privadas, como é o caso da nossa Associação. Também tive de lhe explicar que, se ele como DFA se considerava satisfeito com os direitos de que gozava, outros tinham muito menos ou nenhuns e mesmo os dele nada garantia que fossem perpétuos e imutáveis. E para defender os direitos já alcançados ou para reclamar outros, cada um de nós, isoladamente, pouco ou nada podemos. Seríamos como uma ovelha sem rebanho que, quando estivesse em dificuldades não tinha pastor que lhe valesse e os seus balidos de aflição atrairiam mais depressa o lobo.

Esta conversa levou-me a reflectir sobre as relações de poder, o seu exercício, os seus ícones e as suas estruturas organizativas. Na verdade, não há organização que se preze que não satisfaça certas condições como, por exemplo, ter uma sede, ter um símbolo, ter um regulamento ou estatuto, ter órgãos que garantam a sua gestão e a representem. Estas características conferem-lhe uma identidade própria, fazem dela uma "pessoa colectiva", representativa de um universo de indivíduos. E só para falar de sede, não é por acaso que as sedes do poder político, as sedes das grandes organizações estão, de um modo geral, instaladas em edifícios que pelo seu porte ou monumentalidade, sobressaem e dominam tudo o que as rodeia. Também não foi por acaso que a ADFA, quando nasceu, procurou uma sede que não diminuisse a força da primeira hora. E quando o abandono do Palácio da Independência se tornou inevitável, a ADFA não se contentou com qualquer vão de escada; foi à luta e conseguiu um edifício de que todos os associados se orgulham e impressiona favoravelmente os visitantes. E também não é por acaso que, a nível local, o poder da ADFA se vem consolidando, nomeadamente através da aquisição das actuais ou de novas sedes de Delegação e melhoria de outras.

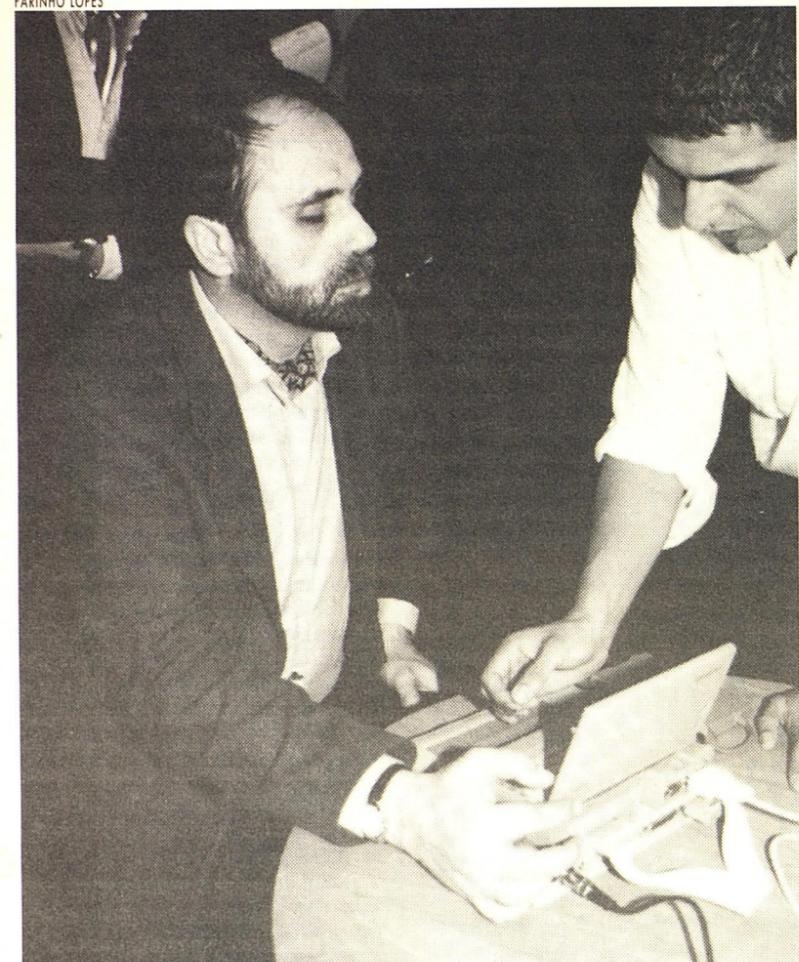
Se queremos manter o que já temos e ter força para conseguir o que ainda nos falta, não podemos descurar nada do que nos pode conferir mais poder: o carinho e o respeito pelos nossos símbolos, o respeito e o apoio que devemos aos nossos dirigentes, democraticamente eleitos. É que, se não for cada um de nós a ter o cuidado em manter uma unidade e espírito de corpo fortes, mesmo que discordemos de algumas coisas ou de alguém, os outros não farão isso por nós. Não podemos enveredar por guerrilhas intestinas porque isso é desmotivante para quem nos representa e enfraquece a nossa capacidade de projecção externa.

Nos tempos que correm, a vida associativa deve ser pautada pela tranquilidade, por uma linha de rumo bem definida, por um diálogo interno aberto, franco e colaborante e por um diálogo civilizado e firme com as outras instituições e, sobretudo, com o poder político. ●

Projectos da autarquia de Lisboa anunciados em colóquio nacional

Novos serviços camarários para deficientes

FARINHO LOPES



Suportes electrónicos permitem aos cegos utilizar computadores

OS LISBOETAS com dificuldades de leitura ou de mobilidade já podem ter acesso a livros ou outras publicações sem que para isso tenham de sair de casa. Estes foram os novos serviços que a Câmara de Lisboa anunciou na inauguração de um colóquio nacional intitulado "Informática e Leitura Especial em Portugal: Novas Acessibilidades para as Pessoas com deficiência", que decorreu no dia 19 de Novembro na sede do Montepio, em Lisboa.

A autarquia de Lisboa criou dois novos serviços destinados aos munícipes deficientes portadores de qualquer incapacidade sensorial ou motora definitiva ou temporária que os impeça de se deslocarem ou consultarem com autonomia as bibliotecas e centros de documentação da cidade. Tudo isto é possível graças a uma carrinha de distribuição de publicações ao domicílio e a um equipamento informático para leitura telemática oferecidos pelo Montepio Geral.

A ideia partiu do Gabinete de Referência Cultural (GRC) da edilidade e tem como objectivo levar a cultura àqueles que por estarem acamados num hospital ou em casa, ou por terem problemas visuais não conseguem ler uma publicação com caracteres comuns, se vêem privados da informação.

Em declarações ao ELO, Augusto Deodato, da comissão organizadora do

colóquio, explicou que o GRC trabalha com materiais de leitura de acordo com as necessidades do leitor, ou seja, em Braille, áudio, caracteres ampliados, caracteres comuns ou em suporte informático. Para utilizar o serviço de leitura domiciliária, basta reservar com antecedência as publicações que se deseja consultar, através de um simples telefonema para o GRC.

A leitura por via telemática que ao contrário da leitura domiciliária se destina a todo o território nacional consiste num dispositivo de informação electrónica com acesso à Internet e outras bases de dados, cuja informação é depois enviada para casa das pessoas que possuam um computador e modem/fax. Os cegos utilizam o computador recorrendo a outros suportes electrónicos que podem ser ou uma linha de Braille ou um sintetizador de voz. Na primeira hipótese, o deficiente recebe a informação através das indicações que o computador transmite para a linha de Braille. No caso do sintetizador de voz, o cego ouve as mensagens que o computador emite.

Na inauguração do colóquio, esteve presente o secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha, que na intervenção que fez afirmou que um dos maiores desafios para Portugal é "preparar os deficientes para a sociedade de informação". • N.C.

Morte de funcionária e poluição ambiental na base da decisão

"Pó amarelo" encerra Instituto Ricardo Jorge

O INSTITUTO Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Insa), na Avenida Padre Cruz, perto da Sede da ADFA, foi encerrado dia 25 de Novembro pela ministra da Saúde, Maria de Belém, e manter-se-á fechado pelo menos até se apurarem quais os verdadeiros efeitos que o "pó amarelo" (composto químico que se espalhou pelas condutas de ventilação do instituto há cerca de um ano) ti-

veram na morte de uma funcionária.

Os últimos resultados de uma investigação, a decorrer há já alguns meses, efectuada pelo especialista Carlos Romão, investigador do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, tiveram um peso determinante na decisão de Maria de Belém em mandar fechar o Insa. De acordo com uma notícia do jornal PÚBLICO, o relatório final apre-

sentado por Carlos Romão considera "altamente suspeita e indicativa de poluição ambiental perigosa" a presença de determinados compostos químicos no sistema de ventilação do Insa. O mesmo texto publicado naquele diário revela ainda que já em Janeiro o investigador enviara uma carta ao director do instituto, alertando para uma substância de cor amarelada usada em tes-

tes biomédicos (o acridinium-I) e que poderia ser a principal responsável pelos problemas respiratórios detectados em alguns trabalhadores.

Depois de uma reunião com os trabalhadores do Insa, Maria de Belém decidiu encerrar o estabelecimento até que se realizem as operações de limpeza para irradiar o composto. Entretanto, enquanto as autoridades competentes abrirem inquéritos para apurar responsabilidades, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública anunciou a intenção de processar o Estado a nível penal, cível e administrativo. •

FARINHO LOPES



RECORDAR As comemorações do 79º Aniversário do Armistício da Grande Guerra decorreram no dia 9 de Novembro, na avenida da Liberdade, em Lisboa, junto ao Monumento dos Combatentes. A cerimónia, presidida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional, Júlio Pereira Gomes, em representação do ministro António Vitorino, e que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal, João Soares, foi organizada pela Liga dos Combatentes com a colaboração dos estados maiores das Forças Armadas. O presidente da Mesa da Assembleia Geral, Jorge Maurício, e o elemento do Conselho Fiscal da ADFA, Horta Carneiro, representaram a Associação e depositaram uma coroa de flores junto ao monumento. Como é tradição, no final das comemorações, a Guarda de Honra do Quartel General de Lisboa desfilou ao longo da avenida.

Revista de Imprensa



PÚBLICO

13 de Novembro de 1997

"A Associação Portuguesa de Hemofílicos (APH) está 'altamente preocupada' com a utilização de um produto encontrado em algumas substâncias que se destinam a combater a infecção viral de derivados do sangue. É que o composto em causa, o Polisorbato 80, inclui uma matéria-prima gordurosa de origem bovina. Para aquela associação, isto pode significar que os hemofílicos estão sujeitos a contrair a doença de Creutzfeld-Jakob, a variante humana da doença das vacas loucas. Mas nem todos partilham estes receios."

CORREIO DA MANHÃ

18 de Novembro de 1997

"Os idosos e as pessoas em situação de isolamento ou dependência dispõem agora de um sistema de "tele-alar-me" que lhes permite serem rapidamente auxiliados em caso de emergência. O sistema (...) consiste na instalação de um telefone com alarme e de um pequeno emissor, que pode ser usado ao pescoço. Em situação de risco, bastará ao utente premir um botão deste emissor para desencadear uma chamada de alarme para a central instalada na CVP."

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Belmiro Martins Ferreira

Sócio nº 6539
46 anos
Faleceu no dia
10/10/97



Residia em Ermesinde/Valongo, deixa viúva Maria Avelina Moreira da Silva Brás Martins Ferreira. Com 30% de incapacidade teve acidente em Angola em 1973, resultando ferimentos no braço e perna esquerda.

Jardim Botânico em Lisboa inaugura espaço para invisuais

Imagens que se cheiram

A PENSAR nos que não podem ver, o Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, inaugurou no dia 11 de Novembro um espaço inédito em Portugal destinado especialmente a cegos e ambliopes. São dezenas de plantas aromáticas e medicinais escolhidas por técnicos do Instituto Superior de Agronomia (ISA) que, pelo cheiro intenso que emanam, proporcionam ao visitante uma "sensação de cor". E para que o invisual possa usufruir ao máximo o Jardim dos Aromas, a informação relativa às espécies é fornecida através de tabuletas em braille, estando as plantas expostas colocadas em algretes (canteiros) levantados para que mais facilmente se possam tocar e cheirar.

"Esta aqui é muito bonita e cheira muito bem. Parece uma flor", comentava uma visitante com a amiga, no dia da inauguração do Jardim dos Aromas, depois de ter tocado numa malva-rosa. No mesmo dia, por todo o novo espaço muito outros cegos, visivelmente entusiasmados com a experiência, procuravam aproveitar ao máximo a visita, esforçando-se por ler nas tabuletas em braille junto de cada planta o nome da espécie e o lugar de origem da mesma.

Ao chegar à entrada do Jardim Botânico, o visitante invisual, independentemente da direcção que tomar, encontra no chão duas linhas de orientação que o encaminham para uma placa em braille. Aqui, encontra as primeiras indicações sobre aquilo que o rodeia, bem como a sinalização dos pontos mais importantes do jardim. Alguns metros mais à frente, na



À entrada do jardim, o invisual tem uma placa em braille com indicações sobre o que pode encontrar

recepção, o cego tem ainda há sua disposição documentação também em braille com informações suplementares e onde se inclui uma planta do Jardim dos Aromas.

No entanto, para que a pessoa cega possa utilizar toda a informação disponível, é necessário conhecer o sistema de sinalização, pois como qualquer outro código, para se poder retirar vantagens da sua utilização é preciso conhe-

cê-lo. Artur Alcoentre, responsável da empresa que instalou todo o sistema de sinalização, refere que os invisuais "ainda não conhecem este tipo de orientação", mas espera no futuro aproveitar o jardim para ensinar os significados da sinalização.

Ao construir o Jardim dos Aromas, o ISA entidade responsável pela gestão e manutenção do recentemente reaberto Jardim Botânico (ver ELO de

Outubro) teve como preocupação criar um espaço público que os cegos pudessem utilizar de forma autónoma. Mas não foi só no Jardim dos Aromas que existiram preocupações relativamente às acessibilidades dos visitantes deficientes. Por todo o Jardim Botânico, foram também criadas rampas de ligação entre os vários terraços, para permitir o acesso de cadeiras de rodas. •

Nuno Crespo

Reivindicações continuam à espera de verbas

A ÚLTIMA reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), dia 12 de Novembro, deixou os responsáveis da ADFA "bastante insatisfeitos". É que as reivindicações da Associação já acordadas com o Ministério da Defesa Nacional (MDN) continuam ainda à espera da aprovação de verbas por parte da Secretaria de Estado do Orçamento, que não se sabe quando será. O problema dos Grandes Deficientes internados no anexo do Hospital Militar Principal foi outro dos assuntos abordados com o Governo, tendo sido apresentada uma sugestão pelo director Geral de Pessoal do MDN, Manuel Gameiro, de forma a resolver a questão, mas que os dirigentes da Associação não aceitaram. A solução apresentada era no sentido da "ADFA fazer diligências para que os associados internados no anexo fossem colocados no Lar Militar", explicou ao ELO um dos elementos da Direcção Nacional. Na reunião, a ADFA pediu ainda a abertura do prazo para a qualificação de DFA para os milícias oriundos da Guiné Bissau. •

Pedido da ADFA atendido por Ferro Rodrigues

O MINISTRO da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, nomeou a ADFA como membro de pleno direito do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CNRIPD). A decisão vai de encontro às reivindicações dos responsáveis da Associação que não concordam com a forma encontrada para a composição do CNRIPD por áreas de deficiência. Pois o facto da ADFA abranger a polideficiência contraria a estrutura do Conselho que não prevê nenhum lugar para as associações de polideficiência. Como consequência da medida do ministro Ferro Rodrigues, o presidente da Direcção Nacional da ADFA, Humberto Sertório, participou já na primeira reunião de trabalho do CNRIPD, dia 7 de Novembro. Uma reunião que serviu principalmente de apresentação, mas que o presidente do Conselho, o coronel Costa Brás, aproveitou também para referir que o CNRIPD será um lugar para se discutir "problemas dos deficientes e não questões político-partidárias". •

Seminário internacional sobre refugiados

ADFA alerta para problema do "stress de guerra"

DURANTE A realização de um seminário internacional sobre o problema dos refugiados na África Austral, que decorreu em Lisboa no dia 18 de Novembro, a ADFA alertou para o perigo que representa a existência de um número "dramático" de antigos combatentes portugueses que sofrem de "distúrbios pós-traumáticos de stress de guerra". O alerta veio de Carlos Mendes, elemento da Direcção Nacional, que advertiu para a necessidade de um maior acompanhamento destes doentes pois são pessoas que "a qualquer hora podem tomar atitudes de consequências imprevisíveis".

O seminário, organizado pelo Conselho Português para os Refugiados, teve co-

mo principal meta contribuir para uma maior divulgação e sensibilização das realidades sócio-económicas na África Austral, bem como suscitar apoio político e material para a solução do problema dos refugiados naquela região. Para debater estas questões, além do responsável da ADFA, que falou no período destinado ao tema "Heranças de Guerra: A Reintegração dos Desmobilizados e Deficientes de Guerra", foram também convidados representantes de várias Organizações Não Governamentais que contactam ou conhecem o problema dos refugiados.

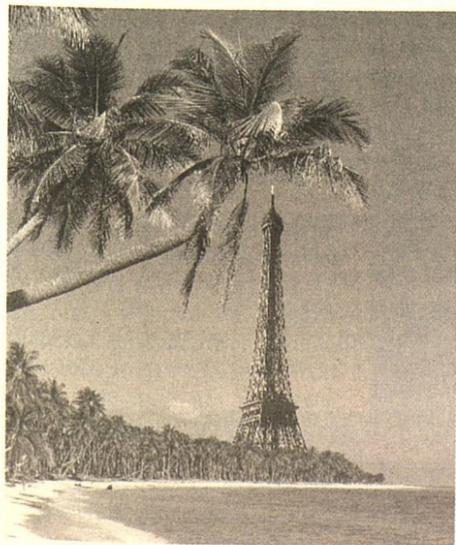
Neste sentido, Carlos Mendes na intervenção que fez apresentou o projecto "Novo Rumo", uma iniciativa que a Asso-

ciação tem vindo a desenvolver, em colaboração com a sua congénere angolana (AMMIGA) e com o Governo português, e que visa a instalação em Luanda de um centro de reabilitação e produção de próteses e ortóteses para deficientes militares e civis angolanos.

O dirigente da ADFA fez ainda questão de lembrar a um auditório, constituído na sua maioria por jovens, alguns dos números que ficaram para a história da Guerra Colonial, referindo, por exemplo, que nas três frentes em que o Exército português esteve envolvido em África Moçambique, Angola e Guiné-Bissau se registaram, officiosamente, cerca de 12 mil mortos e que existem hoje mais de 30 mil

deficientes militares. Números que ficam, no entanto, bastante longe dos registados em Angola, pois de acordo com um oficial angolano, citado pelo dirigente da ADFA, na Guerra Colonial ficaram deficientes cerca de 60 mil combatentes e cerca de 300 mil perderam a vida.

A estes dados, há ainda a acrescentar os mortos e deficientes resultantes da guerra civil em que Angola se envolveu entre 1975 e 1994. Ainda segundo a fonte angolana citada por Carlos Mendes, na primeira fase do conflito (entre 1975 e 1990) terão morrido perto de 500 mil militares e na segunda fase (entre 1990 e 1994) o número de vítimas mortais estima-se em cerca de 800 mil. •



MG VISA

O que é que Paris tem que as Seychelles não têm?

Até 31 de Dezembro de 1997, sempre que perfizer 100 contos de compras com o cartão MG VISA, fica automaticamente habilitado, com um número, ao sorteio de excelentes viagens.

1º Prémio

1 viagem às Seychelles (para 2 pessoas) com estadia em hotel (7 noites) e pequeno-almoço.

2º Prémio

1 viagem a Paris (para 2 pessoas) com estadia em hotel (2 noites), pequeno-almoço e 2 bilhetes para 1 jogo do Campeonato Mundial de Futebol 1998.

Data do sorteio: 23/02/98

Concurso publicitário nº 175/97 autorizado pelo Governo Civil de Lisboa



MONTEPIO GERAL

HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. José Tropa
6ª feira - 14H30

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

GASTROENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

FISIOTERAPIA
técnico: Luís Sampaio
Todos os dias das 9H30 às 13H30

ANÁLISES CLÍNICAS
6ª feira- 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
especialista: cndt Araújo de Brito
2ª, 3ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
Dr. Luís Pedro Pinto Matias
2ª feira das 9H00 às 13H00; 3ª feira das
10H00 às 14H00; 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Couto

SERVIÇO PROTÉSICO
médico: Dr. Carlos Emídio Augusto Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00

Marcações:
Carla Fernandes

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
Drª. Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00

Marcações:
Secretaria

SECRETARIA/ATENDIMENTO
(Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
que façam as marcações das consultas, com
antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Gama Polo		
FOX 1.0 4P	1.436.485.00	1.937.981.00
POLO GL 1.0	1.693.123.00	2.238.247.00
POLO 1.7 SDI	1.764.966.00	3.317.072.00
3 Volumes	1.934.648.00	2.949.191.00
3 Volumes 1.9 D SDI	2.173.661.00	4.107.927.00
Gama Golf		
CABRIO 1.6	3.503.317.00	5.140.711.00
CABRIO +1.6	3.985.485.00	5.599.547.00
CABRIO .9 TDI	3.951.686.00	6.188.275.00
CABRIO +	4.343.882.00	6.647.144.00
Gama Vento		
Vento CL 1.4	2.176.720.00	3.232.415.00
Vento CLD 1.9	2.246.137.00	4.192.783.00
Vento GL TDI 1.9	3.176.722.00	5.281.567.00
Gama Passat		
Confortline 1.6	3.227.091.00	4.817.526.00
Confortline 1.6 Plus	3.568.814.00	5.217.342.00
Confortline 1.6 Automá.	3.464.608.00	5.095.421.00
Confortline 1.9 TDI	3.329.387.00	5.460.185.00
Confortline Top 1.9 TDI	3.765.072.00	5.969.937.00
Confortline 1.9 Automá.	3.563.968.00	5.734.643.00
Confortline Top 1.9 Auto.	3.999.653.00	6.244.396.00
Audi A3		
Attraction 1.6	2.900.145.00	4.435.000.00
Attraction 1.8	3.115.388.00	5.010.000.00
Audi A4		
Attraction A4 1.9 - 90 cv	3.936.066.00	6.170.000.00
Attraction A4 1.9 TDI EC	4.149.741.00	6.420.000.00
Attraction A4 EC 1.9 - 110 cv	4.542.904.00	6.880.000.00
Attraction 1.9 TDI 110 cv	4.329.229.00	6.630.000.00
Avant 1.9 TDI - 110 cv	4.559.999.00	6.900.000.00
Avant 1.9 TDI 90 cv	4.166.836.00	6.440.000.00
A6 1.9 TDI - 110 cv	5.585.639.00	8.100.000.00

SEAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seat Ibiza Comercial		
1.9 D Latino	1.855.615.00	2.484.031.00
1.9 TD Crono JLL	2.077.861.00	2.744.058.00
1.9 TD Crono JLL+ AC	2.266.750.00	2.965.058.00
1.9 TD Crono JLL+TA	2.325.733.00	3.034.069.00
Seat Ibiza 3 Portas		
1.0 SXE DA	1.734.472.00	2.286.628.00
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	1.942.794.00	3.837.871.00
1.9 TD SXE	2.302.175.00	4.258.347.00
Seat Ibiza 5 Portas		
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	2.019.717.00	3.927.871.00
1.9 TD SXE	2.472.458.00	4.457.678.00

Inca 2 Lugares

1.9 D Van	1.732.447.00	2.339.924.00
1.9 D Van VE+FC	1.809.369.00	2.429.923.00
Cordoba		
1.4 Silhouette DA	1.828.502.00	2.825.000.00
1.9 TDI GT	2.775.523.00	4.812.164.00
1.6 SX Coupé	2.261.102.00	3.687.319.00
Alhambra		
1.9 TDI 110 cv	4.401.474.00	5.385.000.00
1.9 TDI 110 cv, FN, JLL	4.978.397.00	6.060.000.00
Arosa		
1000 S	1.391.202.00	1.885.000.00
1400	1.631.921.00	2.595.000.00
1400 C/AUTOMATICO	1.884.057.00	2.890.000.00
Toledo		
1.6 GT	2.519.803.00	3.990.000.00
1.9 TDI GT-110cv		
AB2+ABS+TAE	3.353.648.00	5.488.571.00

VOLVO

MODELO	P.BASE	P.V.P.
S40 1.6	3.478.916\$00	5.100.000\$00
V40 1.6	3.649.857\$00	5.300.000\$00
S40 1.8	3.693.912\$00	5.600.000\$00
V40 1.8	3.864.852\$00	5.800.000\$00
S40 2.0	4.012.692\$00	6.350.000\$00
V40 2.0	4.183.633\$00	6.550.000\$00
S40 TD	3.820.830\$00	5.990.000\$00
V40 TD	3.991.770\$00	6.190.000\$00
S70 GLE	4.813.933\$00	7.350.000\$00
V70 GLE	5.070.344\$00	7.650.000\$00
S70 GLT	5.711.369\$00	8.400.000\$00
V70 GLT	5.967.779\$00	8.700.000\$00
S70 T5	6.325.005\$00	9.700.000\$00
V70 T5	6.581.416\$00	10.000.000\$00
S70 TDI	5.943.195\$00	9.500.000\$00
V70 TDI	6.199.605\$00	9.800.000\$00
S70 R	7.777.997\$00	11.400.000\$00
V70 R	8.034.407\$00	11.700.000\$00
S90 3.0	5.134.111\$00	9.700.000\$00
V90 3.0	5.390.522\$00	10.000.000\$00

MAZDA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
3HB ZFO5 EBB (BASE)	1.358.144\$00	2.136.000\$00
5HB ZFIO EBA (BASE)	1.418.828\$00	2.036.000\$00
3HB ZFO5 EBC (PACK I)	1.496.605\$00	2.107.000\$00
5HB ZFIO EAK (PACK I)	1.557.289\$00	2.198.000\$00
3HB ZFO5 EAM (PACK 2)	1.804.298\$00	2.269.000\$00
5HB ZFIO ECV (PACK 2)	1.864.982\$00	2.558.000\$00
3 HB BG3B EAN	1.973.777\$00	2.629.000\$00
3 HB BG3B EAP	2.150.700\$00	2.892.000\$00
3 BB BG3B EAQ	2.159.247\$00	3.109.000\$00
323 SDN 1.3 BG2N EAG	2.185.743\$00	3.140.000\$00

323 SDN 1.3 BG2N EAJ	2.313.948\$00	3.290.000\$00
323 COUPE 1.5 BG3A EAN	2.352.683\$00	3.622.000\$00
323 COUPE 1.5 BG3A EBA	2.391.145\$00	3.667.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAN	2.379.179\$00	3.653.000\$00
323 5HB F1.5 BG3K EAP	2.508.239\$00	3.804.000\$00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAR	2.585.162\$00	3.894.000\$00
323 F 5HB(2.0) V6 BG3J EAT	3.538.026\$00	5.888.000\$00
MX-3 (1.6)	3.071.160\$00	4.652.000\$00
MX-3 (1.8)	3.332.571\$00	5.387.000\$00
MX-5 (1.6)	3.201.930\$00	4.805.000\$00
MX-5 (1.6)	3.278.853\$00	4.895.000\$00
MX-5 (1.6)	3.347.229\$00	4.975.000\$00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673\$00	5.495.000\$00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673\$00	5.495.000\$00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Cinquecento S	1.101.665.00	1.515.600.00
Cinquecento Sport.	1.246.900.00	1.838.600.00
Panda 899	1.035.853.00	1.438.600.00
Punto 55 S 3P	1.292.028.00	1.891.400.00
Punto 55 S 5P	1.347.583.00	1.956.399.00
Punto TD 70 ELX 3p	1.507.309.00	3.026.939.00
Punto TD 70 ELX 5p	1.562.865.00	3.091.939.00
Bravo 1.4 S	1.864.356.00	2.874.800.00
Bravo 100 GT	2.308.439.00	4.332.600.00
Brava 1.4S	1.930.168.00	2.951.800.00
Brava TD 100 SX	2.202.433.00	4.208.570.00
Marea 1.4 SX	2.215.467.00	3.285.600.00
Marea TD 125 HIX	2.901.630.00	5.855.398.00
Marea Weekend 1.4 SX	2.347.946.00	3.440.601.00
Marea Weekend TD100 ELX	2.752.883.00	4.852.600.00
Ulysse 1.9 TDs	4.740.650.00	7.169.600.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y.1.1 ELEFANTINO 3p	1.343.310.00	1.951.400.00
Y. 1.4 ELX 3p	1.696.663.00	2.678.600.00
DELTA 1.9 TDS LX	2.542.617.00	4.639.600.00
DEDRA TDS SWLE	3.002.446.00	5.147.600.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo	1.274.204.00	1.881.498.00
Twingo Pack	1.368.221.00	1.991.498.00
Clio CHIPIE 1.2 3P	1.322.922.00	1.937.000.00
Clio 1.2 3P OÁSIS	1.624.631.00	2.291.498.00
Clio CHIPIE 1.2 5P	1.389.588.00	2.015.000.00
Clio 1.2 5P OÁSIS	1.688.734.00	2.366.497.00
Clio RC 1.9D	1.648.759.00	2.256.497.00
Megane		
Megane RN 1.4 5P	1.873.328.00	2.906.498.00
Megane RT 1.4 5P	2.044.268.00	3.106.497.00

Megane RT 1.6	2.094.363.00	3.526.498.00
Megane RXE 1.9 DTI	2.630.613.00	4.626.497.00
Megane Classic		
Megane RN 1.4	1.916.063.00	2.956.498.00
Megane RT 1.9 dTI	2.374.203.00	4.326.497.00
Megane Scenic		
Megane 1.4 RN	2.339.140.00	3.451.498.00
Megane 1.9 DT	2.626.340.00	4.621.498.00
Expresso		
Combi 1.2	1.560.416.00	2.291.498.00
FGTE 1.9 D	1.585.329.00	2.191.498.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Eco 1.0 3P	1.369.017.00	1.905.138.00
Eco 1.0 5P	1.428.846.00	1.975.138.00
Swing 1.0 5P	1.608.333.00	2.185.138.00
Sort 1.4 3P	1.765.884.00	2.815.137.00
CDX 5P	2.090.671.00	3.195.138.00
Eco 1.5 TD 5P	1.748.074.00	2.965.519.00
Swing 1,5 TD 5P	2.021.579.00	3.285.520.00
Astra		
ASTRA X 1.4 3P	1.822.440.00	2.880.520.00
ASTRA X 1.4 4P	1.873.722.00	2.940.520.00
FRESH 1.7 TD 4.P	2.526.694.00	4.220.520.00
Sport 1.7 TD 5P	2.881.395.00	4.635.520.00
ASTRA WAGOM 1.4	1.993.380.00	3.080.520.00
Sport Caravan 1.7 TD	3.001.053.00	4.775.520.00
FRESH CAR 1.7 TD	2.646.352.00	4.360.520.00
Vectra		
GL 1.6 16V 4P	2.866.776.00	4.465.520.00
GL 1.6 CARAVAN	3.012.075.00	4.635.520.00
GL 2.0 DTI 4P	2.986.632.00	5.295.519.00
GL CARAVAN 2.0 TDI	3.131.932.00	5.465.520.00

SUZUKI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
VITARA JXI 16V M.TOP	2.716.631.00	3.400.000.00
VITARA JXII 16V M.TOP		
(RODAS SARGO)	2.545.691.00	3.200.000.00
VITARA JIX 1.9 TD	2.795.9	

Declaração universal dos direitos humanos

Um combate permanente há 49 anos

"Despiram-na e açotaram-na com um chicote de cabedal...

Enfiaram-na num barril com água gelada e mergulharam-lhe a cabeça até quase a afogarem.

Ameaçaram violá-la e chicotaram-na de novo.

Repetiram este procedimento quatro vezes por dia, durante quatro dias".

Tâmara tinha três anos de idade. (Chile/1980)



Não podemos aceitar casos como este. O mundo não pode tolerar violações como esta. Temos de agir, de continuar a trabalhar em defesa dos Direitos Humanos.

Comemora-se no próximo dia 10 de Dezembro o 49º. Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fonte de inspiração para mais de mil organizações humanitárias que lutam pela dignidade da pessoa humana. Entre elas, a Amnistia Internacional.

A Amnistia Internacional vai lançar neste 10 de Dezembro uma Campanha de âmbito mundial, com o objectivo de pressionar os Governos de todos os países para que cumpram integralmente os princípios da Declaração Universal. No nosso Relatório Anual de 1997, referimos violações de Direitos Humanos em 153 países e territórios, a maioria dos quais ratificou os principais instrumentos internacionais de defesa e promoção dos Direitos Humanos, como o "Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos", o "Pacto Internacional dos Direitos Económicos e Sociais" ou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Esta Campanha decorrerá até 10 de Dezembro de 1998, data do 50º. Aniversário da Declaração Universal.

Durante a Campanha vamos desenvolver um conjunto de actividades que mobilizem as pessoas para que se comprometam a exigir o respeito pelos Direitos Humanos. Políticos e religiosos, professores e estudantes, trabalhadores e reformados, empresários e sin-



Buenos Aires, Argentina: mães de "desaparecidos" manifestam-se contra a violação dos direitos humanos

dicalistas, mulheres e homens, vão ser convidados para assinarem o seu compromisso na defesa dos Direitos Humanos. A Amnistia Internacional vai disponibilizar vários exemplares de um livro onde cada um pode expressar a sua exigência de respeito pelos Direitos Humanos, por todos os Direitos Humanos consignados na Declaração Universal. Estes direitos são de todos, independentemente da raça, cor, língua, ideologia, religião ou sexo. Somos todos Humanos, somos todos iguais.

Serão divulgados casos de mulheres e homens que foram mortos, torturados, presos, apenas por terem lutado pelos Direitos Humanos: seus e de outros. São casos que ilustram a barbárie que ainda se vive em muitos países e territórios, dos Estados Unidos da América à China, da Federação Russa à África do Sul, das Américas à Ásia, da Europa à África.

Vamos apelar às pessoas que desenvolvam acções práticas para acabar com a actual situação de impunidade dos que violam os Direitos Humanos. A Declaração Universal, que alguém considerou o "segredo melhor guardado do mundo", deverá influenciar na forma como cada um de nós vive a nossa vida. Muitos poucos a conhecem, menos ainda a lerem, e raros são os que exigem a aplicação dos seus princípios. Pretendemos que todos a conheçam, que todos pressionem a sua aplicação, independentemente dos sistemas políticos, sociais ou religiosos em que vivam.

A Declaração Universal está acima de políticas governamentais, de culturas ou tradições, de conjunturas pontuais. Poderia ser um velho documento, esquecido num arquivo poeirento da sede das Nações Unidas, em Nova Iorque; mas queremos que seja um do-

cumento vivo, actuante e fonte de uma vida melhor para todos os Humanos.

Os Governos, quando pressionados pela opinião pública, prometem que vão cumprir as normas de protecção dos Direitos Humanos. Mas na prática, verificamos que mentem, que continuam a ordenar ou a permitir que essas normas sejam violadas. Não podemos ser passivos e aceitar esse comportamento. Não podemos ser indiferentes. Temos de ser solidários, temos de lutar para acabar com a desgraça mundial que é a sistemática violação dos direitos das pessoas. Dos nossos direitos e dos direitos de outras pessoas como nós.

Metade dos Governos do mundo ainda prendem pessoas só porque pensam de forma diferente da orientação governamental, porque pertencem a minorias étnicas, linguísticas ou religiosas; um terço dos Governos do mundo permite a tortura dos detidos ou

presos. Ao ler um jornal, ao ouvir a rádio ou ao ver a televisão, ficamos impressionados com a crueldade que ainda existe - desde as centenas de milhares de mulheres, velhos e crianças inocentes que são vítimas de conflitos armados até aos casos individuais de pessoas que apodrecem nas prisões por apenas terem assinado uma petição para melhorar a sua vida. Ficamos indignados.

Se os Governos cumprirem a Declaração Universal, a nossa vida mudará ... para muito melhor. É isso que devemos exigir.

Contamos consigo. Mais tarde, divulgaremos como nos pode ajudar neste movimento mundial de exigência dos nossos Direitos Humanos.

Basta de desculpas, Direitos Humanos já! •

Amnistia Internacional, Secção Portuguesa

Amnistia Internacional mostra fotos de refugiados

Direitos humanos sem fronteiras

"REFUGIADOS: OS Direitos Humanos não têm fronteiras" é o título da exposição de fotografia organizada pelo grupo de Lisboa da Amnistia Internacional (AI), em colaboração com a autarquia lisboeta, que esteve patente ao público, entre 18 de Outubro e 13 de Novembro, na biblioteca "Por Timor", junto à Assembleia da República.

A exposição inseriu-se na "Campanha dos Refugiados", iniciativa lançada a nível mundial pela AI, em Março, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para os problemas dos refugiados e, de acordo com o folheto distribuído aos visitantes, "chamar a atenção dos governos para a necessidade de prevenir violações de direitos humanos" que possam provocar o aparecimento de novos refugiados. A campanha preten-



Mais de duas mil pessoas viram as fotos dos refugiados

de também recordar aos governantes que, de acordo com o Direito Inter-

nacional vigente, os Estados não podem expulsar ou repatriar ninguém,

contra a sua vontade, para países onde os direitos humanos correm o risco de ser violados. Segundo números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), existem actualmente no mundo mais de 25 milhões de pessoas entre refugiados, repatriados, deslocados internos e outros grupos que devido a perseguições, guerras ou discriminações de várias ordens foram forçadas a abandonar os locais onde viviam.

Em 1996, o ACNUR contabilizou oito milhões e 636 mil novos refugiados, e só até Julho deste ano o número já ultrapassou os sete milhões 75 por cento dessas pessoas são mulheres e crianças. Afeganistão, Ruanda, Bósnia Herzegovina, Libéria, Iraque, Angola ou Somália surgem nos primeiros lugares da lis-

ta de países que mais contribuíram para o estas estatísticas. A Portugal chegaram até Dezembro de 1996, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 788 refugiados vindos principalmente de Moçambique e Angola.

Além de pudermos ver as 30 fotografias que constituíam a exposição (cedidas por agências internacionais e pela agência Lusa), os cerca de dois mil visitantes podiam ainda preencher um postal endereçado ao presidente do Conselho de Ministros da União Europeia (UE), Marc Fischbach, no sentido dos Estados-membros da UE respeitarem o artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos que prevê que "toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países". • N.C.

Eleições para os Órgãos Nacionais dão vitória à lista A

Associados apostam na continuidade

Nuno Crespo (texto)
Farinho Lopes (fotos)

Marcadas pela maior participação de sempre em actos eleitorais e pela incerteza do resultado, as eleições nacionais do dia 15 de Novembro demonstraram que os sócios estão interessados no futuro da Associação. De norte a sul do país, a afluência às urnas superou todas as expectativas e em Coimbra e Setúbal os boletins de voto chegaram mesmo a acabar. No final, a vitória pertenceu à lista A com quase 75 por cento dos votos.

Quando chegou-se à Sede nacional da ADFA, em Lisboa, facilmente se percebia que o dia 15 de Novembro não era um sábado normal. A quantidade de carros estacionados e o grande número de pessoas que entravam e saíam do edifício indicavam claramente que algo se passava: elegiam-se os novos Órgãos Nacionais para o próximo triénio e a escolha dos associados fazia-se entre a lista A, apresentada pelos actuais órgãos, e a lista B, apresentada por um grupo de associados descontentes com o desempenho desses mesmos órgãos.

Durante todo o dia, enquanto alguns sócios faziam prognósticos para o desfecho das eleições, ou simplesmente aproveitavam a deslocação à Sede para conversarem com amigos, os responsáveis de ambas as listas acompanhavam o desenrolar da votação com maior ou menor ansiedade. O aproximar da hora do fecho das urnas, tornou mais difícil de esconder o nervosismo das listas candidatas. Na mesma altura começavam já a aumentar os telefonemas para as delegações e núcleos, a fim de saberem os primeiros resultados.

Apesar de inicialmente as duas listas preverem uma votação equilibrada, os números finais foram em sentido contrário e a lista A acabaria por ganhar com uma diferença significativa: 75 por cento das intenções de voto. Apenas em Lisboa houve incerteza quanto ao resultado, vencendo a lista B por 21 votos (ver quadro).

Pouco tempo depois das urnas terem fechado, e à medida que os resultados nacionais se iam sabendo, depressa se percebeu qual das listas havia vencido e mesmo antes de serem conhecidos os resultados finais o candidato a presidente da Direcção Nacional por parte da lista B, José Arruda, reconhecendo a derrota, fez questão de dar pessoalmente os parabéns ao reeleito presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, desejando-lhe sucesso para o mandato.



Depois de votar, muitos associados acabaram por passar o dia nas instalações da ADFA

Em declarações ao ELO, José Arruda escusou-se a comentar a derrota da lista B, afirmando, no entanto, que "quem ganhou as eleições foi a ADFA", uma afirmação que justificou com o facto dos associados terem participado activamente em todo o processo associativo, contribuindo com isso para "uma grande votação". A terminar, Arruda lançou ainda um aviso: "A

lista A ganhou mas agora têm que cumprir o programa. Nós estamos cá para ver isso."

Diferença surpreendente

Naturalmente satisfeito com os resultados estava Humberto Sertório. Apesar de sempre ter acreditado na vitória da lista A, o candidato

vencedor admitiu ao ELO que não esperava ganhar com uma diferença tão grande e, em relação a Lisboa, "face à campanha de desinformação feita pela lista B", também não esperava um resultado tão equilibrado. Relativamente aos resultados, o presidente reeleito não tem dúvidas: "estes números vêm dar-nos razão e, no fundo, são um prémio pelo trabalho honesto e capaz que desenvol-

vemos no último ano". Já a concluir Humberto Sertório sublinhou ainda que os resultados são a prova de que "os sócios já não se deixam levar só com conversas".

Quanto às razões que proporcionaram a vitória da lista A, Sertório está certo de que estas se devem ao facto da sua lista ter conseguido passar a mensagem do futuro: "Estamos a entrar numa fase da nossa

Órgãos Sociais Nacionais eleitos (MAGN, DN e CFN) para o triénio 1997-2000

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente	Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício	n.º 208
1.º Secretário	José Machado Dinis	n.º 311
2.º Secretário	António dos Santos Carreiro	n.º 1334

DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente	Humberto Sertório Fonseca Rodrigues	n.º 150
1.º Vice-Presidente	Augusto António Catarino Salgado	n.º 6627
2.º Vice-Presidente	João Manuel Sarmento Coelho	n.º 1868
1.º Secretário	Carlos Alberto Santos Mendes	n.º 1464
2.º Secretário	Hugo António Constantino Guerra	n.º 10419
3.º Secretário	Aires Dias de Oliveira Abrantes	n.º 2370
Tesoureiro	José Albino Assunção Gabriel	n.º 437

CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente	José Horta Carneiro	n.º 2928
Secretário	António Cotrim Viana	n.º 2429
Relator	Otilio Pinguinha Calço	n.º 75
1.º Vogal	Mário Alberto Feliciano Inácio	n.º 9272
2.º Vogal	José Manuel Farinho Lopes	n.º 839

Conselho Nacional da ADFA

CONSELHEIROS EFECTIVOS

Manuel Lopes Dias	n.º 379
Cândido Manuel Patuleia Mendes	n.º 519
José Luís Rodrigues de Noronha	n.º 1625
Manuel Rocha Ferreira	n.º 3144
Luís de Almeida Machado	n.º 11534
Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves	n.º 2420
Luís Baltazar Simões Ribeiro	n.º 65
João Matias de Vasconcelos	n.º 590
Silvio Ferreira Marques Lourenço	n.º 8132
José Manuel da Silva Furtado	n.º 20
Amandio Acácio Pires	n.º 2075
Albertino Flores Santana	n.º 566

CONSELHEIROS SUPLENTE

Elisiário José Reis Seabra	n.º 1768
Abubacri Demba Baldé	n.º 9638
António José Alves da Rocha	n.º 3966
Ludgero dos Santos Sequeira	n.º 10132

vida em que temos de começar a olhar pelo futuro, pois o presente está mais ou menos salvaguardado, inclusive a resolução dos problemas que não estão totalmente resolvidos. Os projectos que agora nós lançamos são para resolver algumas das situações que vamos enfrentar no futuro”.

Depois da tomada de posse, e sem ter nenhuma medida em especial para adoptar, a lista eleita pretende continuar os projectos lançados no anterior mandato e, para ajudar nesse trabalho, irá convidar elementos da lista B para integrem algumas estruturas associativas, tais como o Conselho de Reabilitação, o Conselho Económico ou o Conselho Jurisdicional. “A Associação tem que ser construída por todos os sócios. Nós podemos ter opiniões diferentes mas a consolidação deste trabalho tem que ser feita com todos, não podemos marginalizar ninguém”, justifica Humberto Sertório.

Votação histórica

Além da vitória dos actuais Órgãos Nacionais, as eleições do dia 15 ficaram ainda marcadas pela grande participação dos sócios. Em todo o país, mais de dois mil associados exerceram o seu direito de voto. O

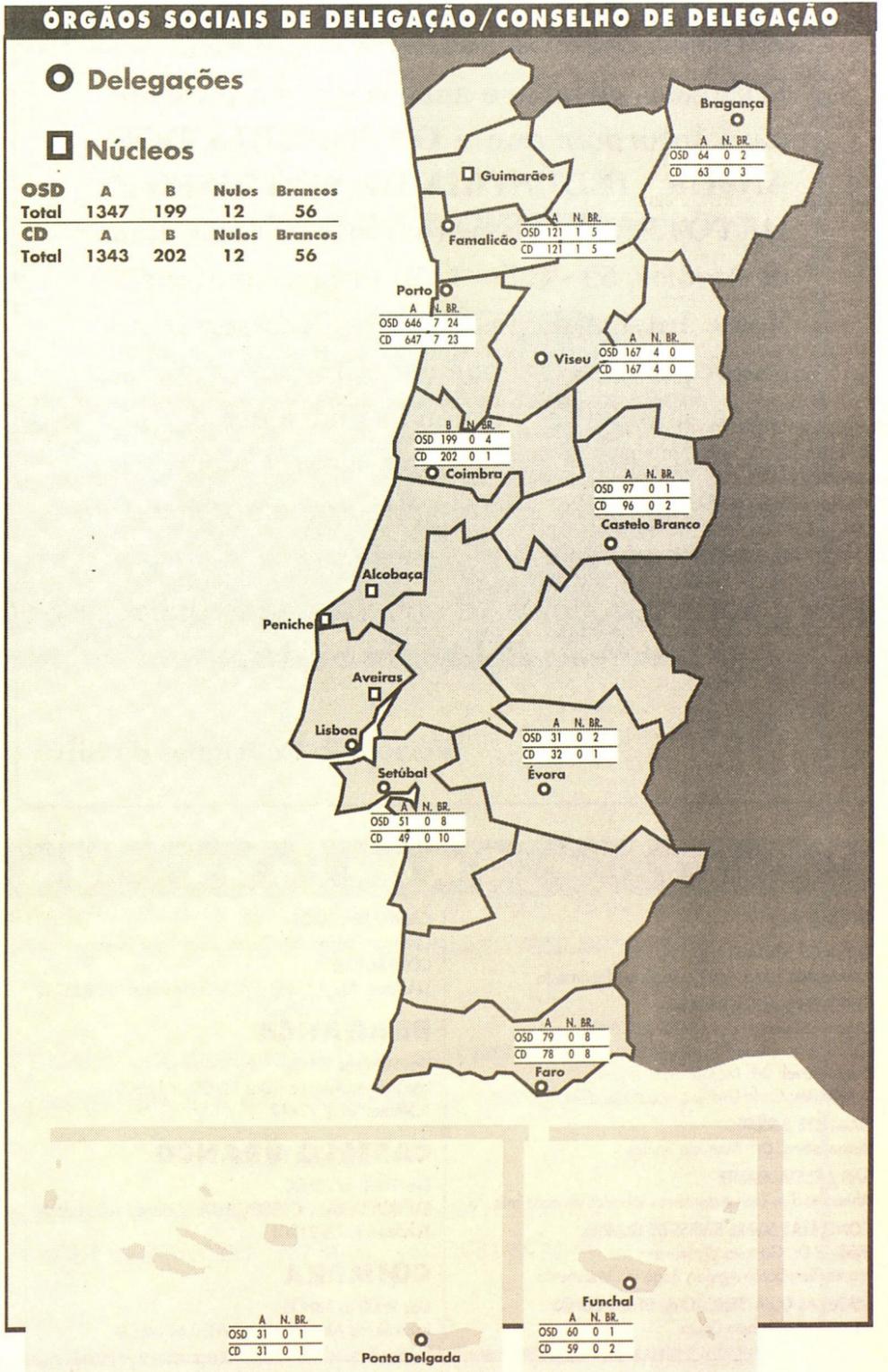
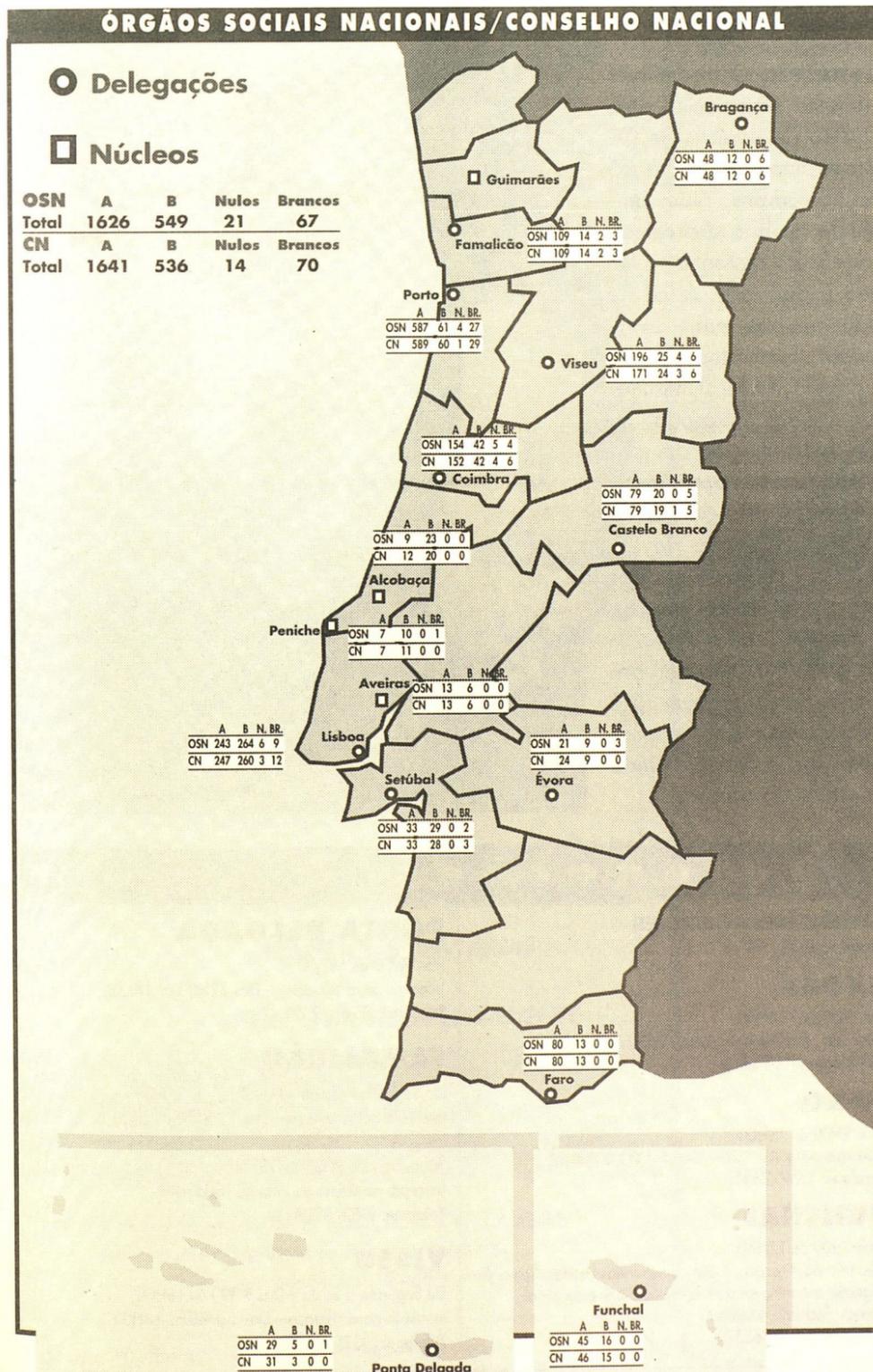
que constituiu segundo Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral, “o melhor resultado de sempre em termos de participação na história da ADFA”. Para este dirigente, o interesse dos sócios reflecte que nestas eleições “houve um confronto de ideias sobre duas maneiras de estar na Associação”.

Nas delegações e núcleos da ADFA espalhados pelo país, à semelhança do que aconteceu em Lisboa, a participação dos associados excedeu também todas as expectativas, mesmo as mais optimistas. Em Coimbra e Setúbal, o normal funcionamento das urnas chegou mesmo a ser interrompido por falta de boletins de voto e vários associados tiveram que esperar que fossem feitas fotocópias a cor dos boletins. Situação que para José Maia, presidente da Delegação de Coimbra, “é sinónimo de que a ADFA está viva e cheia de força”.

O maior número de eleitores foi conseguido no Porto com 679 votos, mais 157 do que em Lisboa que teve 522. Resultado que Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, justifica como um reflexo do trabalho desenvolvido pela Delegação nos últimos dois anos e conclui que “os sócios deram um voto de confiança porque acreditam nos projectos que esta direcção tem para a Delegação”.



Dez horas separaram os primeiros votos a serem depositados nas urnas do início da contagem



Centro de reabilitação dos Açores

Governo regional já tem pré-projecto

O PRÉ-PROJECTO para a construção de um centro de reabilitação para deficientes na ilha de São Miguel foi já entregue pela ADFA ao Governo Regional dos Açores. Referindo-se à realidade açoreana, o documento a que o ELO teve acesso explica de forma sucinta as vantagens que existem na concretização do projecto.

O facto de não existir nos Açores nenhuma estrutura especializada para apoiar deficientes motores implica custos elevados, quer financeiros - para

quem precisa de verbas para se deslocar ao continente e aí receber tratamentos -, quer ao nível da qualidade de vida das pessoas com problemas, que muitas vezes não têm outra alternativa se não a de se adaptarem localmente à situação em que vivem, uma realidade que há muitos anos preocupa a Delegação dos Açores mas que só agora parece poder ser alterada. É que, contrariamente à falta de sensibilidade demonstrada pelo anterior Governo sobre esta matéria, da parte do Executivo de Carlos

César, presidente do Governo Regional dos Açores, também existe vontade na instalação do centro no arquipélago.

A construção deste equipamento será financiada recorrendo ao regime de incentivos às micro empresas e através de verbas a atribuir pelo Governo Regional. Contactada pelo ELO, a Direcção Regional da Segurança Social dos Açores disse estar a estudar o pré-projecto, não havendo ainda uma data para a emissão de um parecer. •

Concluído processo de compra de instalações

Porto assina escritura

AS INSTALAÇÕES da Delegação da ADFA no Porto já são património da Associação. Com a assinatura da escritura de compra dos prédios da rua Pedro Hispano e da rua de Francos, o Porto concretiza uma ambição com 23 anos, passando o dia 6 de Novembro a constituir um marco na história da Delegação.

A aquisição das instalações permitirá pôr em prática projectos adiados há vários anos, caso da construção de uma mini-clínica e

da criação de um centro de acolhimento e lazer para os Deficientes das Forças Armadas. Humberto Sertório, Carlos Mendes e Abel Fortuna, responsáveis da ADFA, e o director da Distrital das Finanças do Porto foram os outorgantes da escritura de compra das instalações. Para comemorar o evento, a Delegação do Porto, além de um almoço com sócios e trabalhadores, organizou ainda um beberefe onde estiveram presentes perto de cem associados.

Numa curta intervenção, Abel Fortuna, presidente da Delegação, fez questão de sublinhar "o valor patrimonial e afectivo dos espaços adquiridos", lembrando que "só com a participação dos sócios será possível realizar os projectos que estão previstos para o Porto". A terminar, Humberto Sertório, o recém reeleito presidente da Direcção Nacional da ADFA, salientou a importância dos sócios na concretização dos projectos da Associação. •

ADFA reúne com Instituto de Emprego

Personalidade jurídica para CRPG

RESOLVER O problema da personalidade jurídica do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) foi o principal objectivo da reunião, dia 18 de Novembro no Porto, entre a ADFA, a CERCÍ de Gaia (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

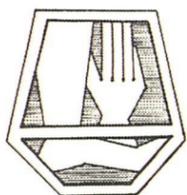
O facto do decreto-lei, que regula o apoio do Estado às en-

tidades que desenvolvem acções na área da formação profissional, estar desde 1991 altura em que foi celebrado o protocolo de cooperação com IEFP, em processo de revisão, não permite que o CRPG seja uma entidade jurídica com plenos poderes de gestão.

Esta situação origina que, por exemplo, existam actualmente trabalhadores do CRPG que são pagos pela ADFA en-

quanto outros pela CERCÍ de Gaia.

Para resolver estas questões, e até que revisão do decreto-lei esteja concluída, é necessária uma solução provisória que passa pela criação de uma entidade que englobe a ADFA, a CERCÍ de Gaia e o IEFP. Até ao final do mês de Dezembro ou, o mais tardar, até Janeiro do próximo ano, deverá ser constituída a nova entidade. •



ORTOPEDIA DOS ANJOS

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES, LDA

INFORMAÇÃO

Estimados clientes e amigos serve a presente para informar que a **ORTOPEDIA DOS ANJOS - INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTÓTESES**, situada no mesmo local, Rua de Arroios, 59 - C/D - 1150 Lisboa, continua à Vossa inteira disposição para Vos servir no que for possível, sendo actualmente administrada só pelo Sr^o Fernando Rodrigues da Silva, tanto na parte Técnica como Comercial, bem como toda a sua equipe de empregados de há longos anos.

Aproveitamos esta oportunidade para desejar **BOAS FESTAS**.

Fernando Rodrigues da Silva

Convívio O tradicional magusto organizado pelo Núcleo de Aveiras de Cima realizou-se no dia 15 de Novembro. Num ambiente de boa disposição com fado, castanhas e vinho à discrição, cerca de 300 pessoas, entre associados, familiares, amigos e população local, festejaram a noite "atrasada" de São Martinho, no dia das eleições mais participativas da história da ADFA. Com a actuação de um grande número de fadistas (amadores e profissionais), a noite só acabou de madrugada mas não sem antes, e como também já é hábito, terem sido servidos bolos e chá aos que ainda resistiam ao cansaço.



FARINHO LOPES

Serviços das Delegações

PORTO

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00
Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Responsável: Dr^a. Margarida Marques
Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr^a. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

VIATURAS COM ISENÇÃO de DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Telefone: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

BRAGANÇA

Das 9H00 às 17H30
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00
Telefone: (073) 22412

CASTELO BRANCO

Das 9H00 às 20H00
CLÍNICA GERAL E ORTOPEDISTA: (Quando solicitados)
Telefone: (072) 21201

COIMBRA

Das 9H00 às 18H00
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00

CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)

Telefone: (039) 27712

ÉVORA

Das 9H00 às 18H00
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H30
Telefone: (066) 23473

FARO

Das 9H00 às 18H00
Intervalo para Almoço - Das 14H00 às 18H00;
Telefone: (089) 28515

FUNCHAL

Das 9H00 às 17H30
Reunião da direcção, todas as segundas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)
Sextas- fechada à tarde
Telefone: (091) 765171

PONTA DELGADA

Das 9H00 às 18H00
Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00
Telefone: (096) 22221

FAMALICÃO

De Segunda a Sexta - Das 9H30 às 19H00
Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00

Sábados das 9H30 às 12h00
(excepto no último sábado de cada mês)
Telefone: (052) 322848

UISEU

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00
Telefone: (032) 416034

Crónica familiar

URANTE A sessão de lançamento do livro "Linha Estreita de Liberdade. A Casa dos Estudantes do Império" agradeço aos presentes o convívio que proporcionaram. Recebi na altura um telefonema familiar e pedi à minha mulher que atendesse por mim.

O conteúdo desse telefonema terava substancialmente a identificação daqueles a quem a obra é dedicada. Por isso só tive conhecimento do seu teor quando a sessão estava concluída.

O telefonema anunciou a morte do meu irmão Manuel da Silva Faria no hospital de Amante. De facto eu tinha recebido um telegrama à entrada na ADFA, onde me informavam da possibilidade da deslocação por motivo de doença, desejando que a obra contribua para o conhecimento e respeito pela história do passado e do presente, manifestando solidariedade para com o projecto e o maior sucesso na apresentação.

Só hoje começa a ser reconhe-

cida a figura clínica e jurídica do stress de guerra.

O meu irmão foi preso sem culpa formada em 1966 pela policia política da ditadura. Essa prisão ocorreu na cidade de Nova Lisboa (Angola), onde vivia com os pais, cuja casa foi aparatosamente cercada por viaturas armadas. O meu irmão era estudante num colégio e era delegado da Casa dos Estudantes do Império. tinha vinte e dois anos.

Saiu de casa algemado e sob escolta armada. Foi torturado e preso na cadeia de S. Paulo em Luanda.

Permaneceu na prisão o tempo suficiente para o degradar fisicamente e destruir psiquicamente.

Foi depois incorporado no Exército Português compulsivamente e internado no hospital militar, na área de psiquiatria, em Luanda.

Dentre a centena e meia de depoimentos gravados para o documentário "O Grande Lagar da Ira", porque o seu, juntamente

com outros dois, era importante pela especificidade da experiência, diferente da maior parte dos combatentes ouvidos.

Na sua juventude limitou-se a acreditar num país a construir e que na altura julgava ser o seu: Angola.

Acreditou na liberdade e prenderam-no. Acreditou na cultura, na literatura na arte e aniquilaram-no ao nível do pensamento com as sevícias e os electrochoques.

É impossível para mim escrever sem reter o tempo na idade dos vinte anos, quando grande parte dos membros da ADFA não sonhava sequer a sorte que os esperava. Nem nós tão pouco, mas de outra maneira.

Mas é este o lugar próprio para eu o lembrar desta forma, como o fiz no livro, como fiz no filme, onde a sua imagem aparece apenas com os demais participantes, na "árvore da vida" com que o filme é coroado.

Porque hoje a ADFA é um es-

paço de consciência cívica e histórica, não um armazém de sombras funestas como foi o Anexo do Hospital Militar Principal e outros outros que eu também conheci.

Em Portugal, ao contrário do que querem fazer crer tudo foi hipócrita e cobardemente omitido na literatura e na arte. As breves excepções confirmam-no.

Ao apresentar o livro "Linha Estreita de Liberdade". A Casa dos Estudantes do Império", no preciso momento em que o meu irmão morreu, que isso signifique apenas um compromisso com os que ousaram lutar pelos grandes princípios que iluminam a vida dos homens.

Sacrificado pelas suas convicções filosóficas e políticas cometeu apenas o crime hediondo de ter vinte anos. O resto da sua vida foi a sombra de um penitente. Não podia sobreviver muito mais à esquizofrenia e à corrosão da química que, apesar de tudo, o manteve vivo até agora a escrever e a pintar.

António Faria
Escritor e realizador

Homenagem às gerações de estudantes

ANTÓNIO FARIA é o autor do livro "Linha Estreita da Liberdade. A casa dos Estudantes do Império" que no dia 19 de Novembro foi lançado no auditório da Sede da ADFA, em Lisboa. Escritor e realizador de filmes e documentários, António Faria foi membro da Casa dos Estudantes do Império e é um dos fundadores da associação criada em 1992 também com o mesmo nome. A obra agora editada, pela Edições Colibri, é um estudo acerca dessa associação e pretende ser uma homenagem às "gerações de estudantes que foram profundamente marcados pela necessidade e pela preparação" do 25 de Abril de 1975. A Casa dos Estudantes do Império foi uma associação criada em Lisboa em 1944 e encerrada pela policia política em 1965. Fundada por estudantes oriundos do então denominado Império Colonial Português a associação desempenhou um papel fundamental na criação e difusão da literatura de língua portuguesa no século XX e por ela passaram escritores e artistas, homens de cultura, cidadãos de grande relevância cívica, dirigentes políticos, presidentes e primeiros-ministros dos países ali representados. •



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

*Há mais de 20 anos,
a qualidade e a melhor
impressão*

TODO O TIPO
DE ARTES GRAFICAS

- fotocomposição • offset
- montagem • tipografia

Rua da Artilharia Um (anexo do Hospital Militar Principal) 1100 Lisboa
Telefone 385 35 93

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»

URGÊNCIAS DENTÁRIAS

&

SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados

SEAT

IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45



O habitual retrato de família dos delegados participantes no encontro

Encontro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes

Indonésia admite conflito de Timor

Nuno Crespo

Durante seis dias, cerca de 60 associações de todo o mundo idênticas à ADFA estiveram reunidas em Seul, na Coreia do Sul, para discutir problemas ligados aos deficientes militares e decidir questões relacionadas com o futuro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra. A Associação representou Portugal e viu aprovadas todas as resoluções que propôs a votação. Uma delas diz respeito à situação de Timor Leste.

Mais de 60 países participaram na 22ª Assembleia Geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), que decorreu em Seul, na Coreia do Sul, de 9 a 15 de Novembro. A ADFA, em representação de Portugal, também esteve presente mas não se limitou a votar propostas apresentadas pelos outros membros. Preocupada com problemas actuais como, por exemplo, a qualidade de vida dos que sofreram (ou sofrem) com as guerras ou com o direito dos povos à liberdade e autodeterminação a Associa-

ção deu o seu contributo apresentando cinco projectos de resolução.

Segundo Catarino Salgado, representante da ADFA em Seul, o objectivo das propostas era sensibilizar as associações que fazem parte da FMAC no sentido de que estas "desenvolvam esforços juntos do seus governos e opinião pública de forma a fazer pressão para pôr em prática tais medidas". Devido ao facto de ser uma organização com influência a nível internacional (ver caixa), as propostas aprovadas pela FMAC revestem-se sempre de alguma importância. Talvez por isso, Catarino Salgado, em declarações ao ELO, mostrou-se bastante satisfeito com os resultados finais da Assembleia.

Os projectos apresentados pela Associação estavam relacionados com a saúde, assistência social e manutenção das condições da qualidade de vida dos antigos combatentes, deficientes e vítimas de guerra; cooperação e solidariedade para com os países do terceiro mundo para a implementação da reabilitação médica, protésica e ortoprotésica; direito à liberdade, autodeterminação e independência do povo de Timor; produção e comercialização de minas anti-pessoal e adopção, por parte das Nações Unidas, do documento da FMAC "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra" como declaração de princípios a seguir por todos os governos do mundo.

De todas as propostas avançadas pela ADFA, apenas a que dizia respeito

à proibição, armazenamento, produção e comercialização de minas anti-pessoal não foi aprovada por unanimidade, tendo sido criada uma moratória especial para o caso da península da Coreia, com a qual a Associação não concordou.

Mas foi em relação ao projecto sobre Timor Leste denominado "Para o Diálogo" que se verificou o maior triunfo da participação da ADFA, ao conseguir que a delegação da Indonésia subcreve-se também ela o projecto. Para que tal fosse possível foram necessárias várias horas de negociações e a cedência de Catarino Salgado em retirar a palavra Timor do documento final.

"Tive consciência que se a proposta fosse apresentada como tinha sido redigida, seria muito provavelmente rejeitada pela Comissão, não chegando portanto a ser votada na Assembleia Geral", explica o representante português, acrescentando que o importante era "conservar o essencial da mensagem, chamando a atenção do mundo para a situação do povo de Timor Leste e apoiando o processo desencadeado pelo secretário geral das Nações Unidas, Kofi Hanana, com vista a encontrar uma solução pacífica para o conflito existente".

Ao abdicar da palavra Timor, Salgado foi de encontro à política seguida pela FMAC que em situações como esta não menciona os países ou territórios enquanto decorrem negociações sobre os mesmos. Só desta forma, foi possível um acordo entre as duas delegações sobre o projecto "Para o Diálogo" apresentado pela ADFA.

No texto final, entregue pelos dois países e aprovado por unanimidade, lê-se o seguinte: "As delegações da Indonésia e Portugal na FMAC registam com satisfação o lançamento de uma Agenda para a Paz, pelo secretário geral das Nações Unidas, bem como o novo dinamismo que caracteriza as negociações tripartidas, com o objectivo de reduzir os riscos de potencial conflito entre os dois Estados Interessados. Encoraja-se as partes envolvidas a desenvolver um diálogo construtivo de modo a encontrar-se uma solução de conjunto de acordo com o Direito Internacional".

Das 52 projectos de resolução apresentados pelas associações membros da FMAC, foram rejeitados dez. Uma das propostas que mais agradou à ADFA, tendo em vista a conjugação de esforços que a Associação pretende realizar nos PALOP, veio da Alemanha que sugeriu a criação de um Gabinete de Coordenação e Divulgação de Informação na FMAC, para o esforço de cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

Além da aprovação destas medidas, a 22ª Assembleia Geral serviu também para proceder a algumas alterações estatutárias. Mudanças essas que vão desde o sistema de eleições dos membros da FMAC, até ao papel das comissões permanentes para os assuntos da Europa, África, Ásia e Pacífico e pelo aumento da representatividade das comissões permanentes junto do Bureau Executivo da organização. ●

A paz e os deficientes militares

PENSAMOS que esta Assembleia Geral foi muito importante para os destinos da FMAC, porque foram aprovadas as alterações estatutárias e do respectivo Regulamento Interno que permitirão assegurar maior democraticidade nas eleições dos seus órgãos sociais, e consagrar claramente o objectivo da reabilitação e reintegração sócio profissional dos antigos combatentes.

Foram também aprovadas alterações que permitem aos representantes das diversas partes do Mundo agrupadas em Comissões Permanentes ter acesso ao órgão máximo de decisão, globalizando a área de intervenção da FMAC.

Acentuou-se também uma clara preocupação pelas actividades de gestão financeira, de modo a criar condições que permitam o envolvimento directo da organização em acções concretas de apoio aos ex-combatentes, deficientes e vítimas de guerra nos países em vias de desenvolvimento.

Abrem-se deste modo canais e pontes de comunicação e de solidariedade para a paz, tendo em vista talvez o maior problema do nosso tempo: o relacionamento dos países "dito" ricos com os países do sul em vias de desenvolvimento.

Uma vez que estamos em presença de uma assembleia onde estão representadas tantas associações de diversos países, seria de prever que no decorrer dos trabalhos fossem patentes os vários conflitos locais e regionais, e que infelizmente ainda proliferam no mundo.

Foi o que na realidade aconteceu, uma vez que algumas delegações eram porta voz de posições governamentais muito bem definidas.

Como um dos objectivos da FMAC é trabalhar para a paz, recorrendo sempre ao diálogo como meio de ultrapassar conflitos, assistimos ao múltiplo esforço colectivo de criar condições que permitissem a procura pacífica de soluções para as questões colocadas, respeitante a focos de tensão espalhados pelo globo.

Procuramos também colaborar nesta tarefa, que nos parece estar de acordo com os princípios da ADFA.

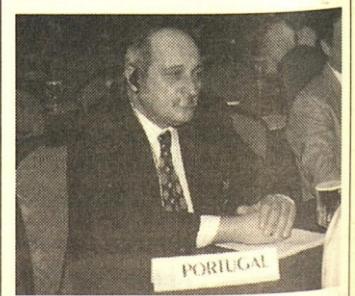
A Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra está a sofrer uma profunda alteração.

Esta alteração caracteriza-se pelo "render da guarda" da geração dos combatentes da 2ª guerra mundial, pela geração oriunda dos conflitos locais e regionais ocorridos de há 50 anos para cá.

Pensamos que apesar do esforço financeiro envolvido, a ADFA deverá continuar a dar o seu esforço e a sua experiência em prol dos caminhos da compreensão e da Paz, continuando a trabalhar dentro da FMAC para que esta Federação alcance os objectivos estatutários que se propõe alcançar. ●

Catarino Salgado

Representante da ADFA na 22ª Assembleia Geral da FMAC.



Uma organização com meio século de vida

FUNDADA EM 1950, em Paris, como resultado da II Guerra Mundial, a Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) é uma organização internacional não governamental que reúne todas as associações, federações nacionais ou organizações internacionais de antigos combatentes e vítimas de guerra de cerca de 70 países. Nos seus quase 50 anos de existência, a FMAC tem na sua história o facto de ter sido um dos primeiros organismos internacionais a juntar para a paz aqueles que se tinham

confrontado em combate. No entanto, a organização só intervém nos assuntos que dizem respeito às relações entre os povos e as nações, observando sempre o princípio da não ingerência.

Por outro lado, a FMAC pertence ao grupo restrito de organizações internacionais que beneficiam do estatuto consultivo de primeira categoria junto das Nações Unidas. Desta forma, mantém relações privilegiadas com organismos especializados da Organização das Nações Unidas como, por exemplo, a UNICEF ou a UNESCO. A

FMAC goza ainda de estatuto consultivo junto do Conselho da Europa.

Os contactos da ADFA com a FMAC iniciaram-se em 1978, tendo a Associação participado como observadora na 16ª Assembleia Geral, em Florença, em Outubro de 79. Um ano mais tarde, a ADFA formalizou o seu pedido de adesão e em 23 de Outubro de 1982, no decorrer do I Conselho Geral, em Nice, viu concretizadas as suas pretensões. Através da ADFA, Portugal tornou-se no 49º país com representação na FMAC. ● N.C.

Injustiçados na vida... desprezados na morte!

NÃO SE vislumbra qualquer vontade, política ou outra, para resolver definitiva e dignamente a situação, eterna prioridade reivindicativa da ADFA, e que mantém injustiçados os grandes deficientes militares sem direito a pensão.

E se este estado de coisas é insustentável para todos os sócios naquelas condições, o dos que se encontram, no anexo do Hospital Militar Principal (HMP), internados há mais de vinte anos, é dramático e clamoroso.

Alertados para não comparecer à Junta decisiva que lhes estava a ser imposta, decidiram aqueles nossos companheiros a ela se apresentarem, crenças na promessa de que, depois da sua realização, os seus processos seriam reapreciados, na certeza da atribuição de um estatuto que lhes garantiria uma reparação moral e económica que, por fim, lhes permitiria encarar com serenidade, dignidade e segurança, um futuro adiado e proibido, vai para trinta anos

Contudo, na recente reunião do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, o representante do Ministério da Defesa propôs a intervenção, junto daqueles sócios para que aceitassem a sua transferência para o Lar Militar, complementada com a emissão de uma credencial que lhes permitia o direito a assistência médico-medicamentosa, enquanto não fosse publicada legislação aplicável aos seus casos.

Não consensuada tal hipótese, o estado Maior do Exército está a preparar os processos de todos eles para, começando pelos dos mais antigos, os enviar à Junta da Caixa, o que implica a sua desvinculação definitiva do Serviço Militar; ficarão, assim, aqueles grandes deficientes sem qualquer garantia de poder prover ao seu sustento, dado que constituem um

grupo que não tem condições para se reintegrar quer pela via profissional, quer no seio das famílias.

Perante uma situação de facto, assumida por ninguém, e o incompreensível mutismo do governo, depois de o primeiro-ministro ter garantido a resolução do problema, na sessão de encerramento da VI conferência Internacional sobre Legislação da FMAC, em Março de 1994, isto torna-se surrealista!

Agrava a nossa apreensão e preocupação, o que se passou com um desses sócios, Amadeu, tragicamente falecido, em sequência de um acidente de viação ocorrido em 22 de Novembro. Após a morte, e de madrugada, a entidade responsável da instituição militar, onde ele permaneceu mais de duas décadas, e por a sua paraplegia ter sido considerada como não ocorrida em serviço, "encomendou" à ADFA a recolha do corpo e que lhe fizesse o funeral, porque isso não lhe competia.

Impossível encontrar palavras para caracterizar o acto! Pergunto:

Se a nossa Associação não tivesse assumido, sem pensar se lhe competia ou não, a realização do funeral de Amadeu (associado nº 10418), para a sua terra natal, Vila Nova de Famalicão, onde vive sua mãe, o que iria fazer o HMP ao seu cadáver?

Que solução seria encontrada para os restos mortais de um militar, que se tornou deficiente durante a prestação do serviço, onde se manteve mais de duas décadas?

Não acredito, pois não o permitiríamos, que fosse dado ao corpo do moço camarada falecido o mesmo desprezo que lhe deram em vida, tal como aos quatro sobreviventes, num inferno!, a quem continuam a apontar, como horizonte de esperança, o direito a uma morte sem dignidade, no mais cruel desprezo pelos direitos humanos. • P.M.



Associação dos Deficientes das Forças Armadas



COMUNIDADE EUROPEIA
Fundo Social Europeu

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
PROGRAMA OPERACIONAL INTEGRAR



MEDIDA 3
- INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA
DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -

1998

**Cursos de Formação Profissional para Deficientes Motores,
Orgânicos e Auditivos
(M/F)**

- ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO
- ARTES GRÁFICAS (FOTOCOMPOSIÇÃO)

Requisitos:

9º Ano de Escolaridade
Idade entre os 16 E os 44 Anos
Nacionalidade Portuguesa
Desempregados

INSCRIÇÕES ATÉ FINAL DE DEZEMBRO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 Lisboa
Telef.: 7570422 EXT 225
Fax: 7571319



NOTE BEM: LEIA ATÉ AO FIM

- PAGARÁ MUITO CARO POR NÃO LER
- NÃO ANDE POR CAMINHOS ERRADOS
- A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA



O GRANDE PRÉMIO

SERAFIM DE SOUSA E SILVA

ESCRITÓRIO, OFICINA E SALÃO DE EXPOSIÇÕES

RUA DAS PERLINHAS, 451/467
(JUNTO À ESTAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO)
TEL: (02) 4892945 • (02) 4899402 • FAX (02) 4800683
4435 RIO TINTO - PORTO

IMPORTADOR EXCLUSIVO PARA PORTUGAL DE REPUTADA E PRESTIGIOSA MARCA EUROPEIA

- Todo o tipo de adaptações e transformações em viaturas para deficientes físicos
- Plataformas elevatórias para cadeira de rodas
- Sistema elevatório para guardar cadeira de rodas
- Porta posterior com movimento de translação e com sistema automático de comando
- Importação de viaturas para deficientes físicos
- Se pretender comprar viatura nova - CONTACTE-NOS

(QUALQUER MARCA E MODELO)

CONNOSCO VOCÊ TEM TOTAL PRIORIDADE

TODOS OS NOSSOS SISTEMAS TÊM APROVAÇÃO GARANTIDA PELA DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO. Não se deixe enganar por outros sistemas artesanais e arcaicos e tenha bem presente que **«VIDA SÓ HÁ UMA» E A QUE TEMOS NÃO TEM PREÇO**

Só tem a ganhar e muito, com os nossos esclarecimentos.

Sabia que **CLAY REGAZONNI**, Ex-Piloto da Formula 1, que ficou paraplégico num acidente do Grande Prémio dos Estados Unidos da América, conduzi viaturas por nós adaptadas?!

Já é nosso cliente? Tem viatura e está acidentada ou avariada?
ENTÃO, ATÉ ESTAR PRONTA A SUA VIATURA, PODERÁ NA NOSSA EMPRESA OBTER VIATURA JÁ ADAPTADA PARA SI.

E MAIS

É deficiente físico e quer tirar a carta de condução?

CONSULTE



ESCOLA DE CONDUÇÃO
O GRANDE PRÉMIO
SERAFIM DE SOUSA E SILVA



PROVAVELMENTE A MELHOR ESCOLA DE CONDUÇÃO
E
ÚNICA DO GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA

NÃO SE PASME COM ESTAS AFIRMAÇÕES!

- **Agora** Pode obter a sua carta de condução gratuitamente *
(Só prestamos esclarecimentos para esta oferta, por escrito ou pessoalmente)
- Pode obter a sua carta de condução com total prioridade/rapidez
- Se necessita estadia, tem alojamento garantido

VENHA JUNTO A NÓS SABER PORQUE É QUE A NOSSA EMPRESA JÁ MERECEU POR VÁRIAS VEZES, OS MAIS RASGADOS ELOGIOS DA R.T.P. E DE ENTIDADES LIGADAS AO GOVERNO E VÁRIOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

MAIS VALE PREVENIR E ENCARTAR-SE CONNOSCO

Só não tira a carta quem não tem cabeça

Trabalhamos até às 23 horas e também aos sábados.

* EXCEPTO IVA E TAXAS DO GOVERNO
(MÍNIMOS OBRIGATORIOS-LEI) SITUAÇÃO TEMPORAL

RECORTE E GUARDE ESTA NOTÍCIA PARA SI OU PARA PESSOA AMIGA

TEMOS VIATURAS EM EXPOSIÇÃO NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA (F.I.L.) DE 29 DE NOVEMBRO A 7 DE DEZEMBRO/97

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretendíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

NOTA DA REDACÇÃO — Tal como explicámos no último número do ELO (numa nota na página 3), devido ao processo eleitoral, não foi possível publicar as cartas dos associados nesta secção. Contudo, os motivos da não publicação dos textos ficaram a dever-se exclusivamente ao facto do período eleitoral ser um momento delicado para a vida da associação e, por isso, obrigamos a que se alterassem importantes secções, sempre no sentido de não deixar de fora nenhum material relacionado com as duas listas candidatas. Como tem sido regra desde a remodelação que sofreu, em Dezembro do ano passado, é óbvio que o ELO jamais deixará de publicar uma única carta enviada à Redacção (mesmo quando não existe espaço na edição correspondente ao mês de recepção do texto, é normal estes serem publicados em números posteriores). Desta forma, o ELO lembra que só não publicará cartas que se enquadrem num dos seguintes pontos: 1 - Associados não identificados; 2 - Sócios com quotas em atraso; 3 - Textos difamatórios ou lesivos de bom nome.

Determinação familiar

Sou desde há várias décadas, adepta da companhia do Maia. O destino uniu-nos em circunstâncias adversas. Este maroto tem o especial condão de nos unir ainda mais em momentos críticos. Em 1985, o Maia esteve em vias de perder o emprego na ADFA em Coimbra.

Dez anos após, aconteceu-me ser demitida da minha escola. Este ano a nossa filha foi afastada da escola que frequentava há 14 anos, por não partilhar do "Ideário", da mesma.

No mês de Agosto de 1996, fui detida pela Polícia Judiciária, e internada na Prisão Regional de Coimbra até fins de Junho do ano seguinte.

Tomei conhecimento através do meu marido, da disponibilidade de directores e associados da ADFA, para manifestarem publicamente o seu envolvimento num período tão especial da vida de um associado, por sinal dos primeiros dessa organização, pertencente a Órgãos Sociais, acérrimo defensor dos direitos dos deficientes, solidário com uma causa que abafa o totalitarismo e acaba no fundo da sua alma por defender a integração do homem, independentemente de credos ou ideários partidários. Tentativa gorada, porque dar a cara é comprometedor. Percebo que somos uma equipa com muitos amigos cegos, amputados, estropiados, que perderam a percepção de uma imagem corporal e mental íntegras. Alguns, pelo desespero latente, insistem em alimentar ódios, rivalidades, impotências.

Embora sem necessitar do envolvimento da ADFA, agradeço a iniciativa. Não cometemos qualquer crime para que nos excluam. Estamos convictos da nossa determinação. Não nos afastarão!

Fernanda Pinheiro
(Esposa do sócio nº 244,
José Martins Maia)

Cavaleiro de 47 anos, deficiente militar, gostaria de trocar correspondência com viúva de deficiente.

Resposta para Adelino Silva do Vale

Travessa do possolo, nº 29 - 3.º D.º
1350 LISBOA
Telefone (serviço): 757 04 22

O significado do associativismo

Após mais de duas décadas de existência, apesar de toda a minha vivência associativa confesso-me espantado com certos comportamentos. A poucos dias de mais um acto eleitoral na ADFA, mais uma vez se confunde o associativismo com desígnios que nada ou muito pouco têm a ver com os verdadeiros interesses da nossa Associação. Associativismo, significa acto que se pratica, em que circunstâncias se pratica, modo como se pratica e a quem se pratica. A vontade de servir, a congregação de esforços para a reabilitação dos deficientes, são o que valorizam o associativismo como tal e por isso lhe conferem credibilidade e um crescente valor que por todos deve ser assumido. Contudo, perante o associado, aquele a quem todo o trabalho associativo deverá ser dirigido, o dirigente é o alvo da sua atenção na qual se concentra, não na técnica correcta ou incorrecta, mas sem no acto do esforço e trabalho desenvolvidos, sendo avaliado como simpático ou antipático. Perante tal avaliação, a importância de nos debruçar-nos sobre a questão da humanização. Brevemente voltarei a este pormenor temático, se a tal o ELO deixar-me.

Todos somos fragilizados com a afectação de necessidades básicas, contudo qualquer acto

praticado não será dirigido unicamente ao associado em si, mas também se reflectirá nos outros. O factor, "palmadinhas nas costas", está ainda bem patente no conceito que é geralmente feito do associativismo, esquecendo-se muitos dirigentes, ou concorrentes a tal, das exigências que a própria ciência associativa impõe na qualidade de elementos sérios da colectividade, que é de todos e para todos, formando muitas vezes um ciclo vicioso, que contrariamente ao disposto nos estatutos, conduz ao descrédito numa azáfama que por vezes não olha a meios para atingir fins.

Não tenho falado sobre as eleições da nossa Associação. Existem coisas que em certos momentos é melhor não tocar. Eleições, não deveria significar apenas o candidatar aos Órgãos Sociais. Sempre vi e vivi a ADFA duma maneira muito própria. Num momento em que se vêm mais cultores das palavras do que dos actos, bom seria que muitos houvesse, a debruçar-se sobre a realidade associativa. Ao longo da minha vida como associado da ADFA, tenho manifestado publicamente as minhas posições, não confundindo amizade com ideário associativo.

Nunca votei de cruz e sempre recusei jogos de interesses. Não tomo partido de grupos. Nunca estarei de um lado para atacar outro. Estou como sempre estive do lado da ADFA. Respeitando os órgãos eleitos, com diálogo e espírito crítico, mas nunca me submetendo a pressões. Faço parte de uma direcção que decidiu apoiar o projecto da actual Direcção Nacional. Pessoalmente assumo as minhas responsabilidades e não me demito do que subscrevi nos encontros com as Delegações de Coimbra, Famalicão, Viseu, Castelo Branco e Porto. A vontade de querer continuar a defender os interesses dos associados, sentindo-me em pleno gozo de faculdades mentais para exercer os meus direitos associativos, levou-me a aceitar fazer parte da lista autónoma, candidata ao Conselho Nacional nas próximas eleições. Existem equívocos sobre a minha posição. Não sou apoiante de quaisquer listas, até porque não conheço os programas.

A minha inclusão numa lista autónoma, tem como objectivo da minha parte, dar a minha contribuição à Associação na

defesa dos seus ideais, sem truques ou sofismas. Aceitei, não sem alguma resistência, o convite de associados para integrar uma lista para o Conselho Nacional. Aceitaria outros convites que se me fossem dirigidos desde que não colidisse com aquilo que defendo para a ADFA. Nunca escolhi os atalhos por caminho. Dou os passos como sempre o fiz. Caminhando direito, olhando em frente, pelos direitos.

Em Coimbra, parece-me que também irão decorrer eleições. Na minha qualidade de ainda presidente da direcção da Delegação, embora nada saiba oficialmente sobre as mesmas, talvez porque a lista que se apresenta ao sufrágio entenda que por bem da defesa dos estatutos, o melhor caminho seja o de actual presidente da direcção fique afastado da discussão eleitoral, permita-se-me opinar sobre as mesmas:

Por uma questão de prevenção e higiene mental, abstenho-me de considerações objectivas sobre o processo eleitoral na Delegação de Coimbra, guardando-me para futuras opiniões.

José Martins Maia
Sócio nº 244

Dividir para reinar

As hostes do poder com algumas humildades por vontade própria, passados 23 anos de Democracia, os problemas subsistem, com os militares que de algum modo se deficientaram ao serviço da Nação e das honrosas Forças Armadas, após o término das guerras coloniais, em problemas que se prendem com uma grande parte dos militares de baixa patente, que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, mesmo com algumas deficiências já aprovadas pelos seus médicos militares e mais ainda os "stressados" pelas guerras coloniais como é óbvio, os escalões, as próprias graduações entre militares da mesma patente, quando se trata de militares de baixa patente, dois pesos, duas medidas, sempre contra os mesmos, quando isto se passa nas Forças Armadas, como será na oficina do Zé da Adega? Certamente tudo isto contra a vontade das chefias militares. A

Via - Sacra interminável de uma grande parte dos mais variados processos, bem como a já assistência médica nos Hospitais Militares, o que é bom de ver, já longe das guerras pela distância no terreno e pelo tempo passados 23 anos que é mais que muito tempo, as próprias disparidades de critérios entre as juntas médicas militares, que com boa vontade, trataram os próprios deficientes durante alguns anos, com o carinho que eles puderam, para chegar a bom porto, para depois as juntas médicas da caixa Geral de Aposentações que muitas vezes em menos de cinco minutos confirmaram ao contrário, alegando que muitos até já levam as doenças de casa, é uma falta de senso, para um simples soldado que foi para o Ultramar a arriscar a vida pela Pátria portuguesa, que depois se depara com deficiência e não tem direito a uma pensão, ou a simples assistência médica e medicamentosa, é triste tal situação, os políticos esses até a meu ver são os culpados de tudo isto, porque esses têm os problemas resolvidos, mesmo só lembrando defender os grandes problemas dos deficientes nas alturas das eleições se não estou em erro.

Os militares deficientes, sempre foram vistos como carne para canhão, enfim, trata-se de uma escandalosa situação, na mesma guerra, uns foram abrangidos por um Decreto de lei e outros, que de algum modo divide os militares deficientes em filhos e entidades como é do conhecimento geral, uns com uma pensão razoável e outros com uma pensão de miséria, além de outros ainda internados há 25 anos no Hospital Militar Principal, sem direito a pensão, os já a receber pensão, uns têm direito a 75% de desconto em alguns comboios da CP e outros que ficaram deficientes na mesma emboscada não têm direito a nada, será que valeu a pena a chamada Democracia de 25 de Abril de 1974? Sem dúvida que tem faltado vontade política para resolver os dramas e as angústias com que ainda se debatem os honrosos militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas antes do 25 de Abril nas chamadas guerras coloniais, nos três ramos das

Forças Armadas, uns com 10 por cento sem as balas das guerras coloniais, nos três ramos das Forças Armadas, uns com 10 por cento sem as balas lhe terem tocado são DFA's, outros nem com 100 por cento conseguem ser DFA's e outros furados com as balas do inimigo com 29,9 por cento não são DFA's, porque depois de acabar a guerra não foram abrangidos pelo 43/76 de 20 de Janeiro, sadio depois de os militares terem as deficiências no corpo, com 4 e mais anos de baixa nos hospitais militares, alguns até depois de ter acabado a guerra colonial, já fora da tutela de Marcelo Caetano. É profundamente desgostoso e revoltante tais situações, que os sucessivos Governos depois do 25 de Abril de 1974, ainda não tenham passado da atitude da velha palmadinha nas costas e deixando por resolver questões tão simples como por exemplo, o da não aceitação, por parte da Caixa Geral de Aposentações, de algumas decisões das Juntas Médicas Militares, onde os Militares deficientes, foram tratados e vistos durante alguns anos, por pessoas idóneas, que foram os próprios médicos que os trataram e lhe deram as incapacidades com consciência e mérito profissional.

A meu ver os Governos não podem e nem devem, apenas servir-se do que de bom receberam do passado, para brilharem nas suas políticas, deste, ou daquele Partido Político, nas partes Sociais e Económicas e Culturais. Também têm e devem encarar de frente os problemas herdados da outra senhora e dar-lhe solução quando antes, numa legislação igual para todos, para acabar com as divisões entre os militares que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas, porque esperar 23 anos é metade de 48 aproximadamente, quem espera desespera e quem não se sente não é filho de boa gente.

Os militares deficientaram-se ao serviço do interesse nacional como é óbvio, manter durante 13 anos e mais alguns meses, três frente de guerra com centenas de milhares de homens em armas? À luz do esquecimento social, político e jurídico da época, foi sempre também o interesse nacional que esteve em jogo e o povo português e os Capitães de Abril é que não quiseram mais, mas as injustiças continuam entre os militares que se deficientaram, esperamos a Lei e o dia para serem tratados todos da mesma maneira, o interesse nacional não pode continuar a dividir os militares deficientes ao serviço dos três ramos das Forças Armadas, com risco da própria vida os filhos da Nação, que se deficientaram na defesa do dever sagrado, devem ser unidos pela parte da Nação e de quem Governa e não divididos entre si, nos meios dignos de uma Reabilitação e de Subsistência, os que ficaram cegos, amputados, cochos e cacimbados de guerra em nome do interesse nacional, não podemos aceitar que uns sejam tratados como filhos e outros como enteados e ainda outros como filhos bastardos, só fomos iguais quando foi para servir de carne para canhão, mas agora não podemos permitir ser votados ao esquecimento, isto só é assim, porque não há vontade dos homens que comandam os destinos da Pátria Portuguesa, ou ainda é o Dr. Marcelo Caetano o culpado de estas divisões todas, passados 23 anos de Democracia?

Uns podem ser empregados e receber as duas pensões quando se reformarem, outros descontam igual e depois perdem a pequena e magra reforma de invalidez da sua deficiência, se for empregado do Estado, ainda querem maior divisão? Será que os senhores Deputados da AR, não sabem disto? E o Governo também não?

José Nicolau Rufino
Sócio nº 384

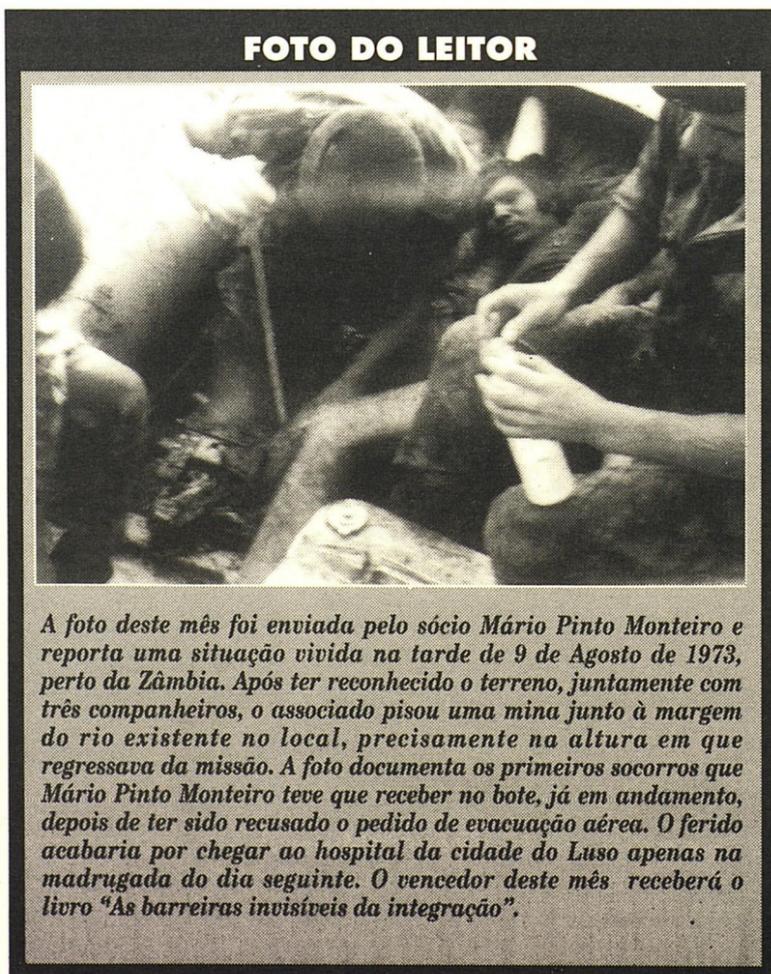


FOTO DO LEITOR

A foto deste mês foi enviada pelo sócio Mário Pinto Monteiro e reporta uma situação vivida na tarde de 9 de Agosto de 1973, perto da Zâmbia. Após ter reconhecido o terreno, juntamente com três companheiros, o associado pisou uma mina junto à margem do rio existente no local, precisamente na altura em que regressava da missão. A foto documenta os primeiros socorros que Mário Pinto Monteiro teve que receber no bote, já em andamento, depois de ter sido recusado o pedido de evacuação aérea. O ferido acabaria por chegar ao hospital da cidade do Luso apenas na madrugada do dia seguinte. O vencedor deste mês receberá o livro "As barreiras invisíveis da integração".

Em frente, virados para o futuro

É PRONTO. Mais um Acto Eleitoral entra na história da nossa vida associativa. Vamos dele tirar as ilações a que os resultados dos votos entrados nas urnas nos obrigam e preparar o futuro, conforme o significado da sua expressão.

Vamos dar os parabéns aos que mais confiança mereceram dos associados e afirmar, sem qualquer ambiguidade, que todos temos importante papel associativo a desempenhar, que todos cabemos, de pleno direito, na ADFA, e que todos não somos de mais para cumprir com os seus objectivos.

Demos as mãos e os contributos de cada um em prol do bem comum e que ninguém seja excluído ou se auto-exclua. Respeitemo-nos nós próprios e respeitemos a vontade dos associados, que disseram de forma clara a quem caberá orientar, dirigir e decidir na ADFA, por sua delegação, nos próximos três anos.

Respeitemos as competências das estruturas associativas (Delegações e Sede). Respeitemos as competências dos seus Órgãos representativos.

Respeitemos Estatutos e Regulamentos da ADFA. E vamos ao trabalho.

Vamos trabalhar na preparação do nosso 4º Congresso;

Vamos trabalhar no aperfeiçoamento dos nossos Estatutos (alteração de Estatutos e não revisão estatutária);

Vamos trabalhar na melhoria da competência e eficiência dos serviços associativos e na sua modernização;

Vamos trabalhar na dinamização e apoiar no desenvolvimento as delegações mais carenciadas;

Vamos trabalhar e apoiar nos esforços de implanta-



José Rodrigues de Noronha

ção e desenvolvimento dos Núcleos da Guiné, Angola e de Moçambique;

Vamos trabalhar e apoiar nos esforços reivindicativos em curso;

Vamos trabalhar e apoiar nas estruturas produtivas que visem, ou não, o desenvolvimento económico da ADFA e definir-lhes o enquadramento devido;

Vamos trabalhar e apoiar na criação de estruturas de reabilitação e de terceira idade;

Vamos estar disponíveis para todas as tarefas em prol da ADFA e dos seus associados.

Como vemos, trabalho e possibilidade de participação não falta. Quem enjeita tal desa-

fio?

Das ilações que tiro destas eleições e da grande participação dos associados, as mais evidentes são:

O reforço da dignidade das delegações e do seu papel na vida associativa;

A confirmação da vontade generalizada dos associados de quererem uns Órgãos Sociais Nacionais perante os quais todos estejam em plano de igualdade.

(Mesmo havendo uma só Lista em cada delegação foi massiva a participação dos associados. Não tenho dúvidas que a estabilidade da ADFA, no futuro, passa por aqui).

- O associado da ADFA é esclarecido. Apoia projectos coerentes. Está atento ao trabalho produzido e ao que dele resulta.

- A ADFA está viva e bem viva. É uma Organização de muito nos devemos orgulhar.

Grande votação!

Viva a ADFA. •

ELO HÁ 20 ANOS

Governo aprovou Dec.-lei dos DFA

Mais de 20.000 DFA não são abrangidos

A DECISÃO agora tomada pelo Governo não constitui surpresa para a ADFA. Através dos últimos números do «Elo» ficou bem explícita a diferença entre o Projecto de decreto-lei dos DFA, elaborado pelo Gabinete do Ministério da Defesa Nacional e com a participação directa do ADFA e aquele que o governo se preparava para aprovar.

Não se conhecendo ainda o texto aprovado, passa-se a transcrever o teor do comunicado emitido pelo Governo no dia 31 de Outubro às 13 h:

«Foi discutido na especialidade, tendo sido aprovado, o Projecto de Diploma, devidamente reformulado, que reconhece aos deficientes das Forças Armadas o direito a reparação material que lhes assiste em resultado de traumatismos físicos ou morais que tenham provocado diminuição da sua capacidade geral de ganho.

O Diploma define a qualidade de Deficientes das Forças Armadas, parificando com o risco agravado das situações de campanha, prisioneiro de guerra, manutenção da ordem pública, e prática de acto humanitário ou de dedicação à causa pública, as situações de que derive risco agravado e equiparável.

A percentagem mínima de incapacidade para efeitos de qualificação como Deficiente das Forças Armadas foi fixada em 30 por cento, à semelhança do que acontece com os acidentes de Trabalho, tendo as percentagens inferiores sido sujeitas ao regime destes acidentes.

O Diploma dirige-se prioritariamente à reabilitação dos Deficientes, em ordem à sua plena integração social.

Em caso de reabilitação que conduza à aptidão para cargos que dispensem a plena validade, os deficientes podem optar pela continuação no serviço activo, em paridade de direitos, incluindo o de promoção, com os restantes elementos nesta situação ou pela passagem à situação de reforma extraordinária.

Quando à Comissão de Reclassificação não puder reconhecer a existência de resultados suficientes, será o deficientado colocado na situação de beneficiário de uma pensão de invalidez.

Quer o montante da pensão de invalidez, quer o da reforma extraordinária, será sempre calculado por inteiro.

(in ELO nº22 - 4 de Novembro de 1975)



CARLAR, S.A.

A Carlar, S.A. oferece atendimento personalizado em toda a linha Skoda, exclusivamente para deficientes

Vendas especiais para deficientes

a **SKODA** convida-o a vir experimentar a nova gama **FELICIA**, agora equipada com:

- Direcção Assistida
- Injecção Multi-Ponto
- Novos Motores Diesel
- ABS + AirBag*

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa
Tel: (01) 362 06 20

António Bernardes
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes
Telemóvel: 0936 62 60 41
Res. Telef. (063) 790267

Grupo Volkswagen

IBERLENTE

OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

UM OLHAR PARA O FUTURO

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37

Uma Associação de todos e para Todos

Humberto Sertório

Foi com este lema que propusemos a nossa recandidatura aos Órgãos Sociais Nacionais da ADFA, não o utilizando como um mero "slogan", mas convictos de que é possível construir um futuro associativo em que todos tenhamos lugar, independentemente da origem, do pensamento e do local de residência de cada um de nós.

O projecto de mudança que iniciámos em 1995, consubstanciado nas alterações introduzidas nos novos estatutos da Associação, teve, como todos estes processos, a reacção natural daqueles que se acomodaram ao dia-a-dia da organização e às mordomias por ela geradas, sem terem em conta, as mudanças e a evolução que o mundo moderno nos trás a cada momento.

É, pois, necessário que a Associação não adormeça com os louros e os mitos do passado e se adapte aos novos conceitos e aos novos desafios que a sociedade em que estamos inseridos nos vai propondo em cada dia.

Foram estes os princípios que nos nortearam nesta nossa caminhada, e foi esta uma das razões fundamentais porque não houve condições para o estabelecimento de um consenso realista, para o acto eleitoral que acabamos de efectuar.

Quiseram os associados sufragar maioritariamente as ideias e o trabalho iniciado neste sentido, pelos actuais Órgãos Sociais Nacionais, em colaboração com todas as Delegações que os apoiaram, mas, para o continuarmos é necessário o empenhamento e a dedicação de todos.

Não podemos aceitar que este momento eleitoral, que decorreu com dignidade, nos deixe de costas voltadas. Quaisquer que sejam as nossas diferenças, há que ter a humildade democrática de aceitar o veredicto daqueles que livremente expressaram nas urnas a sua opinião, pois, a única e verdadeira vencedora deste acto eleitoral foi, de facto, a ADFA.

Terminado que está mais um momento, que reflectiu o profundo cariz democrático da nossa Associação, em que participou o maior número de associados de sempre, em actos desta natureza, cabe aqui apelar a todos os associados, à continuação desta participação empenhada na vida associativa.

Só assim conseguiremos construir o futuro que pretendemos e a que temos direito e que depende exclusivamente de nós, não podendo continuar à espera de mais 23 anos, se por ventura lá chegarmos, que sejam só os governos, sejam eles quais forem, a resolver todos os nossos problemas, no âmbito da saúde, da assistência e outros.

Tem, neste particular, a ADFA, capacidade para criar respostas alternativas às necessidades dos seus associados no todo nacional, para tal é necessário capacidade de trabalho, empenhamento e disponibilidade de todos os seus trabalhadores e associados.

Contamos convosco! •



DIRECTOR: António Carreiro
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Alteradas reformas da Segurança Social

Governo cria legislação para pensões de ex-militares

O MINISTÉRIO da Solidariedade e Segurança Social criou um diploma que vem pôr fim à desigualdade na contagem da percentagem de bonificação do tempo de Serviço Militar Obrigatório entre militares beneficiários da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e militares beneficiários do sistema de Segurança Social. O decreto-lei, publicado dia 13 de Novembro, estabelece que as percentagens de aumento do tempo de serviço militar prestado "em condições de especial dificuldade ou perigo" passam a contar também para o cálculo do tempo de serviço na atribuição de reformas da Segurança Social, à semelhança do que acontece há muito com os beneficiários da CGA.

No entanto, os deficientes militares que já recebem pensão não são abrangidos pela nova legislação, uma vez que o tempo de serviço e a

respectiva "percentagem de aumento" já foi considerada no cálculo das suas pensões. No caso de acumulação de pensões, o tempo de serviço e respectiva percentagem só conta na pensão militar.

Os beneficiários do sistema de segurança social que já sejam pensionistas podem também usufruir desta medida. Para requerer a contagem da bonificação, os interessados terão que pagar as contribuições relativas ao período de tempo de bonificação acrescido (de uma só vez ou até um limite máximo de 60 prestações). Os requerimentos devem ser entregues nos centros regionais de Segurança Social. A bonificação só produzirá efeitos a partir do mês seguinte àquele em que for feito o pagamento integral das contribuições. •

Várias instituições representadas na cerimónia

Novos Órgãos tomam posse

"A VOSSA presença significa para a ADFA não só o testemunho público deste acto de posse mas também o reconhecimento que a nossa Associação tem perante as instituições que vossas excelências aqui representam". Foi desta forma que o reeleito presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, se referiu às várias entidades presentes na tomada de posse dos Órgãos Nacionais e Locais, eleitos a 15 de Novembro (ver páginas 8 e 9 desta edição), numa cerimónia realizada dia 29 do mês passado, no auditório da Sede da ADFA, em Lisboa. Aproveitando a presença dos representantes de instituições como, por exemplo, o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, o Ministério da Defesa Nacional, a Assembleia da República ou a Caixa Geral de Aposentações, Humberto Sertório fez questão de mencionar alguns dos proble-

mas que continuam a afectar os deficientes militares e seus familiares, 23 anos após o fim da Guerra Colonial. No entanto, no conjunto dos problemas enumerados, a situação dos grandes deficientes internados há mais de 20 anos no anexo do Hospital Militar Principal mereceu da parte do presidente uma atenção especial, devido ao facto de recentemente ter morrido um dos cinco associados da ADFA que ainda vivem naquele local. Antes da intervenção do presidente, e falando em nome de todas as delegações, Abel Fortuna, presidente da Delegação do Porto, afirmou que os resultados das eleições de 15 de Novembro vêm "aumentar as responsabilidades e o trabalho das delegações", mas que estas "estão totalmente disponíveis" para em "colaboração com os Órgãos Centrais trabalharem em prol da Associação". • N.C.

Remodelação

Defesa tem novo ministro

A DEMISSÃO de António Vitorino, ministro da Presidência e da Defesa, dia 20 de Novembro - na sequência de uma notícia do jornal PÚBLICO onde são levantadas dúvidas sobre o pagamento do imposto de sisa efectuado pelo ex-ministro referente à compra de uma propriedade no Alentejo -, levou também o secretário de estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes, a apresentar a sua demissão. Factos que obrigaram o primeiro-ministro, António Guterres, a antecipar a remodelação do Governo, ficando a pasta do Ministério da Defesa Nacional (MDN) atribuída a Veiga Simão.



Veiga Simão

Antigo ministro da Educação de Marcelo Caetano, Veiga Simão ficou conhecido por ter desencadeado na década de 70 uma reforma no sistema de ensino, e também pela sua actuação contra o movimento estudantil, dando ordem para a entrada dos "gorilas" nas faculdades. Primeiro embaixador de Portugal democrático nas Nações Unidas, o novo ministro, além da pasta da Educação, foi ainda, em 1983, ministro da Indústria e do Bloco Central. Há três meses chegou a constituir-se um movimento de apoio à sua candidatura para a Presidência da República.

Como secretário de Estado da Defesa, Veiga Simão escolheu José Penedos, que com a remodelação do Ministério da Economia abandonou a Secretaria de Estado da Indústria e Energia. José Penedos começou por ser mediático no célebre caso das pinturas rupestres que inviabilizaram a construção de uma barragem da EDP em Foz Côa. Na altura, defendeu a construção da barragem.

Com as mudanças no MDN, os responsáveis da ADFA esperam agora que "exista sensibilidade" da parte do Governo para "que de uma vez por todas se resolvam as questões pendentes dos deficientes militares". Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, considera que a mudança ministerial pode mesmo ser "benéfica" para a Associação uma vez que Veiga Simão "tem mais disponibilidade" pois ficará apenas com o Ministério da Defesa, ao contrário de António Vitorino que acumulava duas pastas.

Até ao momento desta edição, o ELO tentou obter um comentário do ministro Veiga Simão em relação aos deficientes das Forças Armadas sem, no entanto, o conseguir. •

TODAS AS RAZÕES para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado

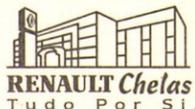


Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



RENAULT Chelas
Tudo Por Si.

Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53



RENAULT